

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PROJETO ÍTACA: ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS
PARA A ABORDAGEM DA QUESTÃO DAS DROGAS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Alexandra Raquel Porazzi

**Santa Maria, RS
2014**

**PROJETO ÍTACA: ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA A
ABORDAGEM DA QUESTÃO DAS DROGAS.**

por

Alexandra Raquel Porazzi

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-
Graduação
em Educação, área de concentração Formação, Saberes e
Desenvolvimento Profissional, da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau
de **Mestre em Educação**

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Carlos Corrêa

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**PROJETO ÍTACA: ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA A
ABORDAGEM DA QUESTÃO DAS DROGAS.**

elaborada por
Alexandra Raquel Porazzi

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA:

Guilherme Carlos Corrêa, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Deisi Sangoi Freitas, Dra. (UFSM)

Ana Maria Hoerpes Preve, Dra. (UDESC)

Helenise Sangoi Antunes, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 28 de março de 2014.

Este trabalho é dedicado a todos os educadores que partiram um dia rumo à Ítaca.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço faço menção a algumas pessoas muito importantes neste processo que foi a construção desta dissertação. No entanto é impossível citar todas. Foram muitos os encontros que me ajudaram e me fortaleceram nesta fase. Às vezes um sorriso, um abraço, uma palavra de carinho, uma volta, uma escuta foram propulsores de sentimentos que me animaram a continuar.

Guilherme, orientador, educador, amigo, companheiro. Sem ele a alegria em escrever não seria possível. Obrigada pela possibilidade de me ressignificar.

Paulo, obrigada pelo companheirismo, pelo carinho, por acreditar em mim e, principalmente, por este amor que me impulsiona a cada dia.

Aline (mana) meu maior presente junto com o mestrado foi tê-la perto de mim. Minha companheira sempre! Obrigada pela paciência, pelo incentivo e pela ajuda em compor uma apresentação mais bonita.

Pai, mãe e amigos obrigada por entenderem quando estive ausente.

Às professoras que compõem a banca Ana Preve, Deisi e Helenise obrigada por aceitarem o convite e pelas contribuições e questionamentos na Banca de Qualificação do Projeto.

À Flávia, à Cláudia, ao Douglas e ao Guilherme, obrigada por confiarem em mim e me convidarem a partir junto rumo a Ítaca.

Obrigada a todos que estiveram próximos de mim de alguma forma.

*Se partires um dia rumo a Ítaca,
faz votos de que o caminho seja longo,
repleto de aventuras, repleto de saber.*

*Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o colérico Posídon te intimidem;
eles no teu caminho jamais encontrarão
se altivo for teu pensamento, se sutil
emoção teu corpo e teu espírito tocar.*

*Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o bravo Posídon hás de ver,
se tu mesmo não os leares dentro da alma,
se tua alma não os puser diante de ti.*

*Faz votos de que o caminho seja longo.
Numerosas serão as manhãs de verão
nas quais, com que prazer, com que alegria,
tu hás de entrar pela primeira vez um porto
para correr as lojas dos fenícios
e belas mercancias adquirir:
madrepérolas, corais, âmbar, ébanos,
e perfumes sensuais de toda a espécie,
quanto houver de aromas deleitosos.
A muitas cidades do Egito peregrina
para aprender, para aprender dos doutos.*

*Tem todo o tempo Ítaca na mente.
Estás predestinado a ali chegar.
Mas não apresses a viagem nunca.
Melhor muitos anos leares de jornada
e fundeares na ilha velha enfim,
rico de quanto ganhaste no caminho,
sem esperar riquezas que Ítaca te desse.
Uma bela viagem deu-te Ítaca.
Sem ela não te ponhas a caminho.
Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.*

*Ítaca não te iludiu, se a achas pobre.
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,
e agora sabes o que significam Ítacas.*

(Ítaca de Konstantinos Kaváfis - Trad. José Paulo Paes)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

PROJETO ÍTACA: ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA A ABORDAGEM DA QUESTÃO DAS DROGAS.

AUTORA: ALEXANDRA RAQUEL PORAZZI
ORIENTADOR: GUILHERME CARLO CORRÊA
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 28 de março de 2014.

A presente dissertação de mestrado está inserida na linha de pesquisa Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Tem como objetivo principal explorar estratégias educacionais para a abordagem da questão das drogas, tendo como base a noção de oficina. Apresenta um pouco dos movimentos de regulamentação e proibição das drogas e sobre como fazem parte de diferentes sociedades em diferentes épocas. Além disto, é feita uma contextualização histórica da Redução de Danos. Destaca-se na análise o sentido de uma noção de redução de danos em funcionamento nas ações dos agentes redutores de danos do RS. A partir disto apresenta o *Projeto Ítaca: redução de danos como ferramenta para práticas intersetoriais em saúde*, desenvolvido em parceria com a UFSM através de recursos do Ministério da Saúde. O projeto, dividido em duas séries, propõe a formação de educadores em redução de danos e, depois, a atuação destes educadores em um curso oferecido a estudantes universitários de áreas tais como saúde, comunicação social, direito e licenciaturas.

Palavras- chave: Drogas. Redução de danos. Formação de educadores. Oficinas.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

PROJETO ÍTACA: ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA A ABORDAGEM DA QUESTÃO DAS DROGAS.

AUTORA: ALEXANDRA RAQUEL PORAZZI
ORIENTADOR: GUILHERME CARLO CORRÊA
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 28 de março de 2014.

This Master's thesis has been produced in the Postgraduate Program in Education of Universidad Federal de Santa Maria, Brazil. It focuses on the themes of training, knowledge, and professional development. Its main objective is to explore educational strategies to address drugs issues, considering the notion of workshop as the basis of the work. The study shows some of the movements for regulation and prohibition of drugs, and how these subjects are part of different societies, in different periods. Moreover, it contextualizes Harm Reduction historically. From the analysis, it is highlighted the notion that agents who act for harm reduction have about the practice in Rio Grande do Sul State, in the South of Brazil. From this, we present the project *Ítaca: harm reduction as a tool for intersectorial practices in health*. It is developed in partnership with Universidade Federal de Santa Maria, with funds from the National Ministry of Health. Divided into two series, the project proposes the training of educators for harm reduction and, in a second moment, the action of these educators in a course offered to graduation students of courses such as Social Communication, Law, Education and those of the Health fields.

Keywords: Drugs; Harm reduction; Educator training; Workshop

SUMÁRIO

OS ENCONTROS IMPULSIONADORES DESTA PESQUISA.....	11
Singularidades.....	11
Vivências.....	12
Movimentos educacionais.....	15
Novos desafios.....	20
DROGAS E PROIBIÇÃO.....	23
E no Brasil.....	27
I Fórum Nacional Antidrogas.....	32
FISSURAS NA COERÊNCIA DO DISCURSO DA PROIBIÇÃO.....	35
Aspectos da redução de danos no Brasil.....	36
Desregulagem.....	39
O movimento da RD em Santa Maria.....	40
RUMO A ÍTACA.....	42
Encontro I – 12 e 13 de Agosto de 2010.....	45
Encontro II – 09 e 10 de Setembro de 2010.....	51
Encontro III – 14 e 15 de Outubro de 2010.....	55
Encontro IV – 18 e 19 de Novembro de 2010.....	56
Faz votos de que o caminho seja longo.....	64
EDUCAR SEM ENSINAR.....	66
É potente, é possível!.....	68
Redução de danos potencializando práticas.....	72
Viver é sentir, é trocar!.....	74
Ferramentas para compor práticas em redução de danos.....	76
Cortina de fumaça.....	78
É coerente!.....	80
Drogas: outros usos.....	81
E agora sabes o que significam Ítacas.....	82
UMA BELA VIAGEM DEU-TE ÍTACA.....	83

NÃO CHEGAMOS A ÍTACA.....	88
REFERÊNCIAS.....	92

OS ENCONTROS IMPULSIONADORES DESTA PESQUISA

A vida nos proporciona diversos encontros e estes nos reservam surpresas. Encontros com pessoas, encontros com ideias e ideais, encontros com pensamentos, encontros com histórias e principalmente encontros com possibilidades diferentes.

Nem sempre estamos atentos ou disponíveis para vivenciá-los, no entanto eles acontecem e são únicos. Às vezes é preciso se lançar ao desconhecido ao que parece impossível ou pelo menos improvável. Um dia me lancei e parti “rumo a Ítaca”.

Singularidades

Contar a minha história em nada serviria para o leitor, mas considerar o percurso pessoal nas instituições escolares como fonte para uma análise mais ampla de questões educacionais se justifica na medida em que tal percurso, embora apresente particularidades, é também, uma das possibilidades a que toda criança e jovem em idade escolar têm à sua disposição no sistema de direito compulsório da escolarização. Após exercermos esse direito compulsório seguimos o percurso da escolarização acadêmica, onde aprenderemos uma profissão e obteremos um diploma para exercê-la.

As histórias são singulares, mas os percursos muito semelhantes. Com base nesta similaridade, através das vivências educacionais individuais, podem ser problematizadas questões recorrentes a todos que passam pelo processo educacional escolarizado e, principalmente, as questões que perpassam a vida das pessoas para além dos muros da escola.

Nesse sentido, a minha história é também a história dos estudantes brasileiros contemporâneos.

Vivências

Freqüentar a escola foi algo fácil e natural em uma cidadezinha com menos de trinta mil habitantes do noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Uma cidade pacata, onde até hoje pouco se ouve falar em crimes, assaltos à pedestre, drogas, etc. Toda a minha formação escolar foi feita lá. Sempre fui uma boa aluna, tirava notas excelentes, conseguia aprender os conteúdos ensinados.

Aos dezessete anos ingressei na Universidade Federal de Santa Maria, no curso de Química Licenciatura. Depois de formada estaria apta a ser professora. O processo de formação foi bastante difícil, o curso envolvia muitos cálculos e muita Física misturados com a Química e eu não estava atingindo as mesmas notas que atingi durante todo o meu processo de formação escolar. Começaram as provas e as reprovações e parecia que todo o estudo que eu fazia não dava conta de responder o que os professores queriam nas avaliações.

Como não atingi a excelência esperada por mim, pelos demais e principalmente pelo Curso, já no primeiro ano o sentimento de ignorância aflorou em mim e tornou-se constante por não conseguir acompanhar os professores nos raciocínios que eram cobrados nas avaliações e não alcançar notas boas nas provas.

Isto tudo fez com que o interesse por aprender se tornasse um interesse em conseguir “treinar” os conteúdos necessários para fazer as provas, afinal eu deveria terminar o curso o quanto antes e iria me dedicar ao máximo para isto.

O curso era de quatro anos, estaríamos habilitados a lecionar Ciências e Química, ou seja, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio e deveríamos fazer dois anos de estágio curricular, um no ensino fundamental e um no médio.

Eu não tinha muitos critérios na busca pelo estágio, queria uma escola com alguma turma que tivesse aulas de ciências nos meus horários livres da faculdade. Fazer estágio para mim era apenas mais uma tarefa que eu teria que cumprir. Encontrei uma Escola Estadual de Ensino Fundamental que se encaixou. Iniciava então o estágio com uma das turmas de quinta série do colégio. Uma turma com mais ou menos trinta e cinco alunos entre dez e quinze anos.

Até 2004 o curso de Química habilitava os alunos a lecionar no ensino médio, após uma mudança de currículo neste ano, habilitava também a lecionar no ensino

fundamental. Como peguei esta transição de currículo no Curso não tive disciplinas específicas para o ensino de ciências, a não ser o pouco que o professor de didática havia conversado conosco.

Eu deveria ensinar plantas para a turma, mas a última vez que havia visto aquele assunto foi quando eu estava na quinta série e alguma coisa no meu ensino médio. Então, como poderia estar habilitada a fazer este estágio?! Só não desisti porque não tinha esta opção, esta hipótese foi descartada por imposição de meus pais.

Peguei alguns livros que tinha em casa e o livro didático da professora regente e fui estudar as plantas. Consegui dar conta, mas toda a vez que entrava na sala de aula me sentia uma mentirosa, porque era uma mentira a tal graduação que me habilitava a estar lá, eu conseguia estar lá para dar aquela aula porque havia estudado em casa, então alguém licenciado em matemática ou português também poderia estar lá no meu lugar. Eu tentava dar o melhor de mim para as aulas, do meu jeito e no meu entender, planejava as aulas da melhor maneira. Eram aulas padrão, com repasse de conhecimento, onde eu fazia algumas avaliações para ver se os alunos estavam “aprendendo”. No entanto, para além da parte ensino/aprendizagem se produziram outras coisas. A turma era muito cativante, criamos bons vínculos, havia os arteiros que faziam bagunça e a professora regente me orientou a manda-los para o SOE (serviço de orientação educacional), mas não os tirava da sala de aula e tentava manejar como podia.

E assim se passaram alguns meses de aprendizagem (minha) com aquelas crianças. No meu último dia de estágio a turma fez uma festinha de despedida e todos, sem exceção, me escreveram uma cartinha ou mesmo um bilhete de despedida, saí de lá com uma sensação boa. Não me considerava uma boa professora, mas talvez tenha conseguido ser uma educadora, mesmo sem entender direito na época o que significava esta diferença. Consegui conquistar a amizade daquelas crianças e para mim já valeu por isso.

Olhava para as singularidades dos alunos. Foram os pequenos detalhes que mexeram comigo e me fizeram gostar de estar lá. Na época não conseguia perceber a importância do acolhimento do aluno e suas singularidades e não conseguia entender que o afeto e o olhar para além do papel professora/aluno são de extrema importância para a formação deles e principalmente para a minha, pois como refere Antunes (2011) a vida escolar nos marca para sempre, carregamos as lembranças

que a escola produz para nossa vida adulta, nossa profissão e nossas escolhas. Em seu livro, que traz relatos autobiográficos de experiências escolares, podemos perceber a importância do cuidado, do acolhimento e do carinho do professor para com o aluno. Estas questões tão singulares e tão importantes do encontro que há entre um educador e um educando não fizeram parte da grade curricular do meu curso, assim como a importância de olhar para o aluno como um todo e lembrar que ele tem uma vida fora da sala de aula que muitas vezes não temos a menor noção de como seja.

No ano seguinte iniciei o estágio no ensino médio, realizado num Colégio Estadual da cidade, com uma turma de primeiro ano do curso Normal. A turma era composta só de meninas, mais ou menos 27, que estavam no primeiro ano do curso Normal e tinham entre catorze e dezessete anos. Agora o assunto era Química e eu achava que o que aprendi na faculdade seria suficiente para as aulas. Engano meu, até me dava algum embasamento, mas assim como no estágio anterior, eu tinha que estudar antes de ir dar as aulas.

Foi um estágio um pouco mais tranqüilo, ou melhor, onde eu estava mais tranqüila e conseguia lidar com o fato de algumas meninas não estarem nem um pouco a fim de saber o que eu estava falando sobre Química, ou de eu não conseguir repassar todo o conteúdo previsto porque tinha apenas uma aula de cinquenta minutos na segunda-feira. Era a primeira aula e as meninas queriam conversar entre elas, falar do final de semana, e fui aprendendo a lidar com as angústias conteudistas que geralmente atormentam os professores. É preciso passar todo o conteúdo! Ao lidar com esta pressão de maneira que não me fizesse mal conseguia olhar para aquele momento de reencontro e de conversas como parte da educação, sendo importante aproveitar as potências destes encontros em sala de aula.

Propor assuntos do cotidiano delas, escutar e interagir não era apenas matar tempo, mas sim uma educação que muitas vezes não é vista como tal pelo sistema de ensino e pela maioria dos professores. Isto gera uma angústia em quem o faz, pois é criticado ou repreendido pela direção ou mesmo pelos próprios pais dos educandos por ser um espaço onde não se aproveita o tempo para passar o conteúdo necessário. No entanto eu conseguia ver este espaço como uma fuga do “sequestro e imobilização do corpo e do exercício do conhecer sem vontade” (CORRÊA, 2006, p.165) que a escola faz.

Ao final destes dois anos de estágio e do curso eu só tinha uma certeza, iria trabalhar em qualquer área, menos com algo relacionado ao ensino de Química. Foram anos de frustração e sentimentos de fracasso com o curso, fracasso com as notas que eu não atingia nas disciplinas, angústia com o sistema educacional como era posto e com o modelo de educação que visa à classificação dos alunos e os transforma em notas, e queria não ter mais que passar por isso. Corrêa (2000, p. 81) diz que:

A avaliação está baseada na obrigatoriedade legal de medir todo o conhecimento transferido ao aluno. É a atribuição, pelo professor, de um número que indica se o sujeito é apto ou não, primeiramente para a vida escolar e depois para assumir papéis no mundo do trabalho assalariado. É a avaliação que faz o corte mais profundo entre alfabetizados e não alfabetizados, entre normais e não normais, entre ajustados e desajustados, entre competentes e incompetentes.

No que diz respeito a este modelo ele conseguiu fazer eu me sentir incompetente no que se refere à vida acadêmica e não apta ao trabalho.

Movimentos educacionais

Após me formar acabei sendo chamada em um concurso que havia feito durante a graduação. Era o concurso da prefeitura municipal de Santa Maria, para o cargo de Técnica em Saúde Mental. Não fazia a menor ideia do que eu faria nesta função. Na época fui conversar com o dono da empresa onde eu trabalhava para pedir demissão e ele me disse que eu não deveria tomar posse, pois este cargo era para trabalhar em um CAPS - ad¹ novo que atenderia usuários de crack e eu não tinha perfil para isso. Ele disse saber muito sobre o assunto, pois havia assistido e lido várias reportagens sobre drogas, principalmente sobre o crack.

O que ele sabia era talvez o que a mídia queria que ele e o resto da população soubessem. Usuários de drogas são perigosos, irão se tornar criminosos em função da dependência e os serviços que os atendem não funcionam (ROMANINI, 2011).

Fiquei preocupada, não sabia nem o que era CAPS e tinha um pouco de medo deste assunto sobre drogas, mas na época minha mãe estava trabalhando na

¹ Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras drogas

minha cidade natal numa clínica fechada para desintoxicação de usuários de álcool e outras drogas e referiu que eles (os usuários de drogas) “não faziam mal para ninguém que trabalhava no hospital”.

Esta fala me impulsionou. Tomei posse e assumi o cargo. Inicialmente estava lotada no CAPS-ad Caminhos do Sol, que já estava constituído há alguns anos e eu apenas observava a rotina e acompanhava os usuários do serviço em suas atividades. Nos momentos em que eles ficavam no pátio conversando, procurava conhecer um pouco mais de suas histórias. Este contato mais próximo com “estas pessoas” usuárias de drogas me surpreendeu, pois nenhum tentou me roubar, nenhum foi violento ou me ameaçou como as pessoas diziam que fariam. Comecei a gostar de conhecê-los, de estar próxima e conhecer as suas histórias de vida e o que os havia levado a estarem lá, naquele serviço de saúde, afinal, segundo o Manual do CAPS elaborado pelo Ministério da Saúde (2004, p. 13)

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é um serviço de saúde **aberto** [grifo meu] e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele é um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, incluindo os transtornos relacionados às substâncias psicoativas (álcool e outras drogas) e também crianças e adolescentes com transtornos mentais cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida.

O objetivo dos CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos. [...]

As práticas realizadas nos CAPS se caracterizam por ocorrerem em ambiente aberto, acolhedor e inserido na cidade, no bairro. Os projetos desses serviços, muitas vezes, ultrapassam a própria estrutura física, em busca da rede de suporte social, potencializadora de suas ações, preocupando-se com o sujeito e sua singularidade, sua história, sua cultura e sua vida cotidiana.

Neste início de carreira também foram chamadas mais duas colegas e um colega que estava na Coordenação da Saúde Mental. Este colega, um psicólogo, que já tinha uma trajetória na Saúde Mental e na época fazia mestrado em Educação na UFSM e sua dissertação² trazia o assunto de uso de drogas, nos instigou e motivou a estudar sobre CAPS, SUS, Saúde Mental, Portarias do Ministério da Saúde, Redução de Danos, Acolhimento, Clínica Ampliada e principalmente sobre drogas e proibicionismo. Este foi um período muito importante,

² A emergência do jovem usuário de crack em Santa Maria: mídia, justiça, saúde, educação.

pois me constituía enquanto trabalhadora e me reconstituía enquanto pessoa. Afinal eu nunca havia lido nada sobre estes assuntos relacionados à saúde, sobre drogas e as pessoas que as usam e, no entanto, já tinha meus conceitos formados, que circulavam entre bom e mau, saúde e doença, associar quem usa a marginalidade, enfim, slogans que a mídia passa e que sempre foram muito reforçados na cidade onde fui criada.

Durante este processo educacional os momentos de estudos eram aliados à prática, assim como líamos materiais ou assistíamos aula sobre acolhimento, fazíamos o acolhimento de novos usuários do serviço. Foi um aprendizado riquíssimo que, nem anos de faculdade em algum curso superior poderiam proporcionar. Neste período começa a suscitar em mim a diferença entre educação e escolarização. Nós nos propusemos a aprender/conhecer sobre estes assuntos porque havia interesse comum sobre os mesmos, um interesse não imposto, mas instigado no encontro com pessoas que também queriam esta experimentação. Eu sentia vontade de estudar e aprender! Isto tornou o estudo prazeroso e principalmente proveitoso. Essa diferença entre escolarização e educação que começo a sentir é a que traz Corrêa (2000, p. 73) quando diz que:

É importante, fazer uma distinção entre os processos de educação e escolarização. O primeiro vem como uma das características importantes que distinguem o gênero humano a partir da faculdade da memória e da sua capacidade de construir ferramentas aliadas à vida em sociedade, na conseqüente união destes aspectos na construção da cultura. Deste modo, viver em sociedade implica estar envolvido por situações de educação, seja de um indivíduo para com o outro; do meio social para com o indivíduo e vice-versa; e ainda, do indivíduo ele mesmo com tudo que o cerca: a *autoeducação* — ou a leitura que o indivíduo faz do mundo a partir de suas experiências e capacidades. [...]

A escolarização, por sua vez, é também educação só que vinculada a objetivos institucionalizados. Almeja-se com ela um tipo de homem e um tipo de sociedade. A escola funciona dentro desses objetivos como máquina, aparelho ou *dispositivo* que pode ser acionado pelo centro de decisões de qualquer poder (religioso e/ou político e/ou econômico) que esteja em vigência, onde se processa a fabricação desses indivíduos *ideais* e, na lógica desses poderes, conseqüentemente, da sociedade.

Ficamos mais três meses no CAPS Caminhos do Sol e então começamos a atender na casa alugada para o novo serviço. Nela havia cadeiras e cinco profissionais técnicos, três psicólogos, uma enfermeira e uma técnica em saúde mental, e uma serviços gerais contratada através de empresa terceirizada. Com o passar do tempo foram chegando novos profissionais e o número de usuários do serviço foi aumentando. Nossos estudos continuavam, mas individualmente, com

trocas de materiais. Não nos reuníamos mais no próprio serviço para isso e consequentemente os profissionais que iam chegando não tinham a mesma oportunidade de trocas que nós. O que, com o tempo nos mostrou a importância dos nossos estudos em grupo, pois os colegas acabavam não lendo ou até mesmo interpretando de maneira diferente o que liam já que não havia a socialização com os demais membros da equipe, gerando até uma diferença no atendimento aos usuários.

Tentei me manter estudando, pois tudo aquilo ainda era muito novo. Às vezes as concepções formadas pela minha história se sobressaíam nos meus pensamentos, mas existem diretrizes que preconizam algumas linhas nos nossos atendimentos e faz com que deixemos o senso comum de lado. Um exemplo é a Redução de Danos (RD), que é algo que praticamente desconhecia. Apenas durante a faculdade o professor Guilherme Carlos Corrêa havia levado até nós a equipe do Programa de Redução de Danos de Santa Maria para falar um pouco sobre o assunto. Nessa fala deles eu não estava interessada em saber muito sobre o assunto, mas me lembro até hoje que alguém da platéia perguntou se tudo o que aquela equipe estava trazendo era científico, se haviam pesquisas e resultados estatísticos da eficácia. Não me lembro da resposta dada, mas não era científico e eu, enquanto aluna do curso de Química, trabalhando com pesquisas científicas, nem ao menos dei atenção para o assunto e ainda saí de lá com a impressão de que aquele pessoal e o professor estavam fazendo apologia às drogas. E em dois mil e nove estava eu trabalhando em um serviço de saúde, no qual o Ministério da Saúde nos orienta a trabalharmos também com a perspectiva da Redução de Danos.

Hoje, Educadora licenciada em Química atuo como Técnica em Saúde Mental em um CAPS para adolescentes, jovens e adultos que sofrem com o uso ou abuso de álcool e outras drogas. Consigo perceber que ao fugirmos da compulsoriedade do ensino e trabalharmos/estudarmos algo de nosso interesse nos deparamos com o que Stirner (2001) diria ser um *conhecer com vontade*. Na escola estamos fadados ao saber sem vontade, à imposição do conhecimento e nós Licenciados, que de alunos passamos a professores, temos a tendência de repetir o que nos foi feito. Como afirma Stirner (2001, p.81) sobre os mestres formados:

Cortaram-lhes magnificamente as asas: agora é sua vez de cortar as dos outros! Foram adestrados, agora é sua vez de adestrar! [...] a pedagogia não pode mais partir da ideia de civilizar, mas da ideia de desenvolver

peças livres[...] É preciso, então, cessar de enfraquecer a Vontade, até o presente sempre tão brutalmente oprimida.

Já fui aluna, já fui professora. Em alguns momentos consegui quebrar com a linha ensino/aprendizagem que estes papéis evocam e ser educanda e educadora. Isto ocorreu quando tive encontros com pessoas que potencializaram uma quebra. Quando falo em quebra é no sentido de que tive que romper com alguns conceitos e modelos que me foram impostos e aceitos por mim, para me desconstruir e então me reconstruir, para repensar, mas de maneira livre. Livremente eu decido até onde quero conhecer o novo, que na verdade não é novo, o que é novo talvez seja o meu olhar. Este novo olhar vem, principalmente sobre o meu conceito de educação/educador e as potencialidades que este papel nos reserva. Sempre fui ensinada que a escola tem o papel do ensino dos alunos e os professores são os responsáveis por ensinar. Este é o conceito mais tradicional, professores ensinam e alunos aprendem.

O meu novo olhar para o que é educação veio aos pouquinhos quando aconteceram encontros com pessoas que seriam meus colegas de trabalho e tinham perspectivas diferentes sobre educação. Acreditavam que educação não está ligada a escolarização, que ela pode acontecer em qualquer lugar e através de pessoas que não sejam necessariamente professores licenciados e que aprendizagem é para além do resultado da comunicação entre professor e aluno. Estes colegas iriam trabalhar comigo no cuidado de pessoas que sofrem com o uso ou abuso de álcool ou outras drogas, e tinham também perspectivas diferentes das tradicionais formas de educação sobre drogas. Com eles pude quebrar também com os conceitos proibicionistas sobre drogas enraizados em mim e isto só pode ser feito por que fui conhecer mais sobre o assunto e encontrei pessoas que compartilharam desta busca por uma experimentação diferente. Com certeza os meus conceitos proibicionistas não permitiriam que eu tivesse encontros acionadores de vínculos com as pessoas que usam álcool e outras drogas.

Novos desafios

Quase na metade de dois mil e dez fui convidada a participar de um grupo que havia se formado e estudava e trabalhava com as questões da Redução de Danos (RD). O grupo composto por Douglas Casarotto de Oliveira, psicólogo do CAPS-ad CIA DO RECOMEÇO, que, na época, fazia mestrado em Educação na UFSM e abordava o tema drogas em sua dissertação, Flávia Costa da Silva, Cientista Social, Sanitarista, também mestranda na época do mesmo programa da UFSM e responsável pela implementação do PRD na cidade de Santa Maria, Claudia Valéria Emanuelli Magalhães, psicóloga do município, lotada no PRD, e o professor Guilherme Corrêa da UFSM que também pesquisa sobre drogas e RD.

Este grupo denominado Ítaca estava organizando, através de um projeto aprovado e financiado pelo Ministério da Saúde, um curso de formação de Educadores em RD. Este curso seria a primeira série do projeto e na segunda série estes educadores dariam aulas em um curso realizado para estudantes universitários e trabalhadores da área da saúde, justiça (presídio) e licenciaturas.

Quando embarquei nesta “viagem rumo à Ítaca” me senti um pouco de “fora” do projeto e fui, aos poucos, encontrando meu lugar. O projeto todo foi gravado, mas não havia dinheiro suficiente para contratar alguém para filmar. Foi então no primeiro dia que ocupei o lugar de *câmera girl*. Tínhamos uma câmera emprestada e sem tripé. Eu nunca havia mexido em uma filmadora. Em minutos passei os olhos no manual e descobri as funções básicas e a partir daquele momento praticamente todo o desenvolvimento do projeto foi gravado pela minha perspectiva. Apenas nos momentos em que meu braço cansava ou quando eu ia falar passava a câmera para outra pessoa. O terceiro encontro da primeira série do projeto foi o único a ser inteiramente gravado por uma pessoa de fora. Neste encontro não tínhamos câmera emprestada então foi pago para um conhecido do grupo Ítaca fazer as filmagens.

Àquela época não tinha intenção de fazer mestrado, muito menos pensava em um tema que envolvesse o projeto Ítaca, mas hoje o material de análise para compor a minha dissertação são os quarenta e quatro DVDs dos quais apenas sete não têm nenhum momento de gravação minha. Estes quarenta e quatro DVDs somam, aproximadamente, setenta e uma horas de filmagens que foram analisadas.

A decisão de fazer esta dissertação abordando o projeto Ítaca vai ao encontro do desejo de todo o grupo coordenador do projeto que é poder de alguma forma “colocá-lo no papel”, deixá-lo registrado. Este desejo possibilitou meu acesso a todo material disponível sem nenhuma objeção.

Para a compreensão do cenário em que surge o projeto Ítaca e com quais forças ele atua, há o primeiro capítulo que traz a introdução do trabalho e há outros dois capítulos que antecedem o desenvolvimento do projeto. Afinal, uma pesquisa que envolve temas como saúde e educação em relação a um assunto como o das drogas e seus usos suscita, inicialmente, uma abordagem sobre os movimentos que fizeram com que as drogas fossem regulamentadas ou proibidas em diferentes épocas e como fazem parte das sociedades as substâncias psicoativas. Este é o centro de interesse do segundo capítulo.

No terceiro capítulo é desenvolvida a noção de Redução de Danos (RD). Apresento o momento em que ela se torna uma diretriz de saúde divulgada e usada no Brasil e em outros países, apesar de ser referida historicamente a bem mais tempo do que quando foi “anunciada” como uma nova solução. Trago alguns movimentos da implantação do Programa de Redução de Danos (PRD) em outros países e no Brasil. Especial atenção é dada ao movimento vivido no Rio Grande do Sul por ter sido uma experiência de Redução de Danos diferenciada dos demais estados e a RD em Santa Maria. Esta última se faz necessária ser apresentada por estar diretamente ligada ao movimento que deu propulsão ao grupo Ítaca, proponente do *Projeto Ítaca: redução de danos como ferramenta para práticas intersectoriais em saúde*, abordado nesta dissertação.

É importante esclarecer que no terceiro capítulo proponho uma história que não é para ser “a história” da redução de danos no Rio Grande do Sul e em Santa Maria, no entanto, ela é a história do percurso e da força de algumas pessoas que dá, mais tarde, impulso ao surgimento do projeto Ítaca.

O quarto capítulo tem como base a primeira série do projeto que contemplou a formação de vinte e dois educadores em redução de danos. Irei abordar como foram os encontros de formação, o clima dos encontros, as estratégias educacionais e a metodologia utilizada.

O quinto capítulo traz a segunda série do projeto e as aulas ministradas pelos educadores no curso de formação *Redução de Danos: Ferramenta para a Atuação no Campo das Drogas*. Anuncio o que aconteceu nos sete encontros do curso.

Há ainda o sexto capítulo que traz o encontro de fechamento do projeto.

Por fim, no último capítulo faço algumas interpretações decorrentes do estudo e as considerações finais.

DROGAS E PROIBIÇÃO

O uso de plantas e substâncias de origem animal para provocar alterações de consciência com os mais variados fins tem registros desde a pré-história. “Tábuas sumérias do terceiro milênio A.C., cilindros babilônicos, imagens da cultura cretense-micênica e hieróglifos egípcios já mencionam os usos medicinais do ópio [...]” (MACRAE, 2013, p.3).

Segundo Escohotado (1997) restos de fibra de cânhamo foram descobertos 4000 A.C. na China. Na Índia as tradições bramânicas utilizavam cânhamo, pois consideravam que agilizava a mente e concedia longa vida e potentes desejos sexuais. O budismo utilizava a planta para auxiliar na meditação transcendental. Os greco-romanos a utilizavam para a diversão em festas de ricos, pois era um produto importado e muito caro.

O suco de papoula foi mencionado em placas de barro cozido da civilização suméria, aproximadamente 2000 A.C. Na América, diferentes tipos de tabaco eram utilizados com fins religiosos, terapêuticos e recreativos em tempos pré-colombianos.

Segundo Escohotado (apud MacRae, 2013, p. 5):

O uso de bebidas alcoólicas remonta à pré-história e seu emprego como medicamento já era mencionado nas tábuas de escritura cuneiforme da Mesopotâmia em 2.200 A.C. Cerca de 15% dos quase 800 diferentes medicamentos egípcios antigos, incluíam cervejas ou vinhos em sua composição. São também numerosas as referências ao vinho no Antigo Testamento. Este, assim como a cerveja, poderia ser misturado com outras drogas produzindo bebidas de grande potência numa época em que ainda se desconhecia a destilação.

Na Grécia antiga utilizava-se o ópio para tratar doenças e também era utilizado por aqueles que temiam serem envenenados. Eles consumiam grandes quantidades dessa substância em preparados chamados de “triacas”, conseguiam obter uma tolerância à substância, podendo haver um consumo de doses cada vez maiores, evitando assim um possível envenenamento. Esta prática era muito utilizada por líderes políticos. (MACRAE, 2013).

O ópio teve bastante popularidade entre gregos e romanos pré-imperiais, nunca foi visto como degradante, ao contrário do vinho, que era alvo de

preocupação. Eles se opunham, inclusive, ao uso de vinho pelas mulheres. Os romanos chegaram a proibir o uso por homens e mulheres menores de trinta anos. Embora tenha havido esta proibição por muito tempo, os romanos apreciavam bebidas alcoólicas. “Cultuava-se a ‘sobria ebrietas’ (ebriedade sóbria), vista como uma forma de autoconhecimento, levando ao relaxamento com dignidade.” (MACRAE, 2013, P.06) A tradição católica utiliza, até os dias atuais, o vinho para simbolizar o sangue de Cristo.

Esta noção romana sobre drogas teve influência da grega. As drogas eram vistas como neutras, seus efeitos, positivos ou negativos, dependiam da maneira de uso e dosagem. Mas, como relata MacRae (2013, p.07)

A cristianização do Império Romano levou ao colapso das antigas noções pagãs sobre a neutralidade da droga, a ebriedade sóbria, a automedicação e a fronteira entre moral e direito.

Os sacerdotes da nova religião do estado passaram a perseguir os praticantes de cultos vistos como rivais, tentando obliterar qualquer traço de suas antigas crenças e práticas, incluindo aí sua vasta farmacopéia. As drogas passaram a ser estigmatizadas não só por sua associação a cultos mágicos e religiosos, mas também por seus usos terapêuticos para aliviar o sofrimento, já que a dor e a mortificação da carne eram concebidos pelos cristãos no poder como formas de aproximação a Deus.

A perseguição aos saberes farmacológicos do século X tornou-se tão forte que a cura através de drogas com fins terapêuticos era tida como heresia e permitiam-se apenas tratamentos simbólicos tais como o uso de “estranhas substâncias conhecidas como ‘pó de múmia’ e ‘pó de chifre de unicórnio’, além das indulgências eclesiásticas, óleos santos, velas e água benta”. (MACRAE, 2013, p.07)

Devido à crise vivida na Europa medieval, foi necessário tirar o foco das guerras e das catástrofes naturais que geravam o caos econômico e social. Para isso, utilizou de um bode expiatório que foi a caça às bruxas. O governo relacionava o uso de drogas à bruxaria e a luxúria. Acreditava-se que os feiticeiros mantinham relações sexuais com o demônio e que para conseguir isto usavam drogas. Para o uso de drogas, exceto o álcool a Inquisição tinha como punição tortura e morte. (MACRAE, 2013)

Durante o Renascentismo há uma retomada do conhecimento farmacológico e do uso de drogas, mas ainda com certa reticência. Já no século XVIII iniciou uma produção e comercialização de medicamentos baratos a base de ópio, utilizado para tratar os mais diferentes sintomas, nas diferentes camadas sociais. Conforme

Passeti (1991) o ópio já era conhecido pelos chineses em sua forma medicinal, mas a Companhia Inglesa das Índias Orientais tinha o objetivo de introduzir a droga para viciar jovens chineses abastados e estes difundirem o ópio entre comerciantes, funcionários de menores escalões, servidores do exército, etc. O ópio tornou-se, então, a principal mercadoria de exportação da Europa para o mercado Chinês. A China começou a ficar com um déficit na balança importação de ópio/exportação de prata e os portos se acomodaram aos interesses ingleses.

Ao tentar impedir a entrada de ópio no país, a China teve que enfrentar duas guerras contra a Inglaterra (Guerras do Ópio 1839-1842 e 1856-1860). Perdeu as duas e ficou devendo indenizações ao governo britânico. Em 1890, quando a China produz 85% da sua demanda, bem como exporta para países vizinhos, o governo inglês, ao perder este mercado, passa a tratar o ópio como negócio não justificável moralmente e passa a combatê-lo. (MACRAE, 2013)

Podemos perceber como o jogo de interesses políticos e econômicos perpassa a ilegalidade ou não de uma determinada substância.

Neste mundo, onde, dependendo das circunstâncias ditadas pelos saberes da economia política, as drogas se tornam ora legais, ora ilegais, interessa encontrar os momentos-chave, em que a ação policial interestatal começa a se estruturar para vigiar a sociedade narcotizada pela economia. (Passeti, 1991, p.35)

No século XX, nos Estados Unidos o uso massivo de substâncias, como cocaína e medicamentos baratos contendo opiáceos, assim como do álcool, que traziam implicações para a saúde, economia e política, começou a ser concebido como questão de importância racial e social. Houve, inicialmente, um movimento de campanhas populares, de cunho religioso, mas que na realidade tinham como finalidade política estigmatizar alguns grupos minoritários. Estes grupos eram associados ao uso de determinadas substâncias, como os imigrantes chineses ou irlandeses, considerados grandes consumidores de ópio e de bebidas alcoólicas, respectivamente. (MACRAE, 2013).

O que reforça que a questão é tratada no âmbito dos interesses políticos e econômicos das diferentes nações/culturas/raças envolvidas que ajudam a constituir um país heterogêneo como os Estados Unidos e, na prática, as considerações estritamente voltadas para questões de saúde nem sempre tem recebido a atenção que lhes é atribuída no nível dos discursos oficiais.

Segundo o documentário GRASS (2000) que traz um recuo histórico sobre a guerra contra a maconha, esta entrou nos Estados Unidos de maneira representativa, virando costume o seu uso, no princípio do século vinte juntamente com os imigrantes mexicanos que chegavam ao país. Os mexicanos usavam a droga no final do dia de trabalho pesado nas lavouras para poder relaxar, mas a população branca da região da fronteira não gostava muito dos estrangeiros nem dos seus costumes estranhos. Diziam os boatos que a maconha dava força sobre-humana aos mexicanos, transformando-os em assassinos sanguinários. Com o tempo criou-se uma lei proibindo a posse de maconha, criada supostamente para controlar a substância, mas a lei logo se tornou uma forma de a cidade estadunidense Del Paso controlar os mexicanos.

Este documentário histórico traz ainda como a *cannabis*, desde que começou a ter repercussão nos EUA era considerada como muito perigosa, despertaria os instintos mais selvagens de seus usuários, levando-os a cometer homicídios ou levando as pessoas à loucura/insanidade. A mídia divulgava todos estes males que a droga poderia provocar, inclusive, em certo momento uma propaganda dizia “maconheiros atenção: cientistas descobrem efeitos colaterais bizarros, seios crescendo em homens” (GRASS, 2000). O alerta vem acompanhado de um homem sem camisa com supostos seios que cresceram pelo uso da maconha.

Com toda a divulgação dos malefícios do uso da droga foram sendo criadas leis que tornavam a maconha ilegal. Foi investido muito dinheiro em campanhas que o Governo Estadunidense chama de Guerra a maconha, entre 1980 e 1998 chegou a se investir 214,7 bilhões de dólares, fora o os valores investidos em anos anteriores.

Mesmo com este investimento maciço na guerra contra a maconha, na década de setenta, alguns estados começaram a refletir sobre a ideia de que a lei antimaconha acabou gerando da noite para o dia uma nova categoria de criminosos e começaram a repensar suas leis. Foi o caso do estado de Oregon que em 1973 foi o primeiro estado a descriminalizar a maconha. Quatro anos depois um estudo feito neste mesmo estado mostrou que não houve aumento no consumo da droga e sim, que muito dinheiro público foi poupado por não precisar ser investido no cumprimento da lei. Nesta época mais dez estados haviam descriminalizado a maconha.

Não podemos nos esquecer também da conhecida Lei Seca aprovada em 1919 nos Estados Unidos que, proibia a produção, importação, exportação e a venda de bebidas alcoólicas. Segundo Rodrigues (2004), a Lei Seca criou de maneira oficial, num movimento adicional, o crime organizado naquele país. Com o mercado ilegal e a formação da Máfia, a taxa de homicídios foi altíssima e a corrupção tomou conta da polícia.

O aumento do aparelho estatal, todavia, não foi tão efetivo para capturar mafiosos (Al Capone foi preso por sonegação de impostos) como foi para elevar cerca de meio milhão de norte-americanos à condição de criminosos, fazendo, paradoxalmente, do puritanismo a moral do crime. (Rodrigues, 2004, p. 54)

Além disso, a proibição colocou em risco a saúde da população, pois as pessoas não deixaram o hábito de beber, mas estavam expostas ao consumo de bebidas muito mais nocivas a saúde devido às alterações de sua composição, que por ser proibida não passava por qualquer tipo de controle.

Em 1933, com o objetivo moral de eliminar o consumo de álcool fracassado, a Lei Seca teve seu fim, o que, não significou um esmorecimento na intervenção estatal norte americana, “outros dispositivos legais e penais estavam sendo criados e implementados para que a guerra às drogas se mantivesse” (RODRIGUES, 2004, p. 54)

Esse movimento de proibição de algumas drogas motivado por questões econômicas, raciais, vinculadas a um puritanismo extremo que se sobressai a questões de segurança e saúde aconteceram de forma expressiva nos Estados Unidos e na Europa, mas tiveram um movimento importante no Brasil.

E no Brasil...

A primeira lei sobre substâncias psicoativas, no Brasil, foi criada em 1851 e instituiu a polícia sanitária e disciplinava a venda de remédios. Não se falava em proibição, mas sim em recomendações legais de que a população não tivesse posse nem vendesse material venenoso, sendo consideradas venenosas tanto as drogas que entorpecem quanto as que são apenas tóxicas, que podem matar sem alterar o comportamento (RODRIGUES, 2004).

Em 1890 o primeiro Código penal da República considerava crime administrar ou vender sem autorização substância venenosas. Apesar de considerado crime a pena era apenas pagamento de multa.

Segundo Rodrigues (2004), no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX era um costume *chic* da elite (cafeicultores, profissionais da saúde e intelectuais) e das prostitutas fazer uso de substâncias que alteravam o comportamento como ópio, cocaína, lança-perfume e éter. Este uso não gerava impactos sociais e fazia parte da europeização a que a população se dedicava, já que na Europa era considerado um hábito sofisticado.

Nesta época, o Brasil construía a sociedade disciplinada e o saber médico passava por um processo de institucionalização através da promulgação de normas do controle sanitário. A partir destas normas, o Estado é o único autorizado a regulamentar sobre políticas de saúde pública e sobre drogas. Os médicos tinham a liberdade de receitar psicoativos restringida e direcionada pelo Estado, de acordo com regulamentos sanitários que estipulavam dosagens e aplicações, estabelecendo assim, um maior controle sobre os usos não medicinais. O uso não era proibido, mas havia mecanismos de regulação controlando o desejo pelas drogas e o uso lúdico. Considerando que uso lúdico era “em termos científicos, abuso não tolerável de substâncias que, administradas por autoridades competentes possuem fins terapêuticos”. (RODRIGUES, 2004, p.130). Ou seja, as drogas (morfina, ópio, éter, heroína e cocaína) não eram substâncias a serem proibidas e sim regulamentadas, pois “tinham qualidades medicinais aceitas pelos médicos e pelo Estado” (RODRIGUES, 2004, p.130).

Mesmo assim, até o final da Primeira Guerra Mundial, continuavam sendo amplamente usadas em “prostíbulos finos e fumeries sofisticadas, ficando, portanto, circunscritos a uma faixa muito restrita e rica da população”. (RODRIGUES, 2004, p.129).

O autor ainda expõe que o tráfico que existia na época era restrito aos profissionais da área da saúde, através da falsificação de receitas ou desvio de medicamento. Também não havia produção ilegal de drogas, pois elas eram importadas da Europa e dos Estados Unidos, onde eram fabricadas em grandes laboratórios. Para a classe médica não interessava o uso hedonista de drogas, pois este ia para além do seu controle através da venda ilegal. Daí o apoio da classe

médica a criação de leis proibicionistas, pois garantiria a eles o monopólio do manejo com os psicoativos controlados (RODRIGUES, 2004).

Nas primeiras décadas do século XX, a imprensa, através das páginas policiais começa a veicular notícias envolvendo o assunto drogas, como notas sobre suicídios de pessoas a partir do uso de substâncias psicoativas controladas e outras matérias que demonstravam a degradação pessoal vivenciada com o uso destas substâncias. Começam, então, serem veiculadas campanhas jornalísticas antidrogas.

Com o fim da guerra, em 1918, as campanhas dos jornais começam a ficar mais enfáticas, referindo que o uso de drogas incita condutas psicopatológicas. No final da década de 1910 o uso de drogas começava a aparecer também em outros extratos da sociedade. A maior preocupação era que se espalhasse pelos trabalhadores, caindo os preços e ampliando o uso. Como refere Rodrigues (2004, p.134):

Torna-se evidente que o discurso sanitário contra a automedicação ocultava uma questão mais cara à elite policial e social, que era a Proibição do uso hedonista, motivado pelo prazer, e as anomalias que a difusão deste hábito traria para a ordem econômica e disciplinar burguesa.

Havendo a pressão da imprensa e das agremiações moralistas e um sensível aumento do uso nas classes mais pobres o Estado se vê em um momento propício para reforçar as normas antidrogas. Em 1921 é promulgada a Lei Federal 4.294 que estabelecia penas mais rígidas aos traficantes, fortalecia o poder policial em relação às substâncias psicoativas (que passariam a ser chamadas de entorpecentes) e reafirmava a restrição do uso legal destas substâncias para tratamento de doenças. O maior efeito desta lei foi a burocratização do controle e a repressão às drogas quando aciona o Departamento Nacional de Saúde Pública para realizar essa função (RODRIGUES, 2004).

A lei de 1921 vai além da repressão ao tráfico de drogas. Em relação ao consumidor era estabelecida a necessidade de tratamento para poder se reabilitar física e socialmente, já o vendedor era considerado criminoso e estava sujeito à pena de prisão. A maioria dos usuários da época era, ainda, da classe alta. Os criminosos, por sua vez, eram em sua maioria cafetões, estrangeiros, prostitutas, cafetinas e profissionais da saúde. Eram de classes baixas e praticavam atividades imorais pela ordem social que vigorava. A lei de 1921, então, os enquadra na ilegalidade (RODRIGUES, 2004).

O comércio ilegal de drogas é o item que congrega, para a lei criminal, uma parte significativa da população urbana marginal, evidenciando assim, a estratégia política de controle social que reside na norma. Desse modo o discurso oficial antidrogas, ineficaz para pôr em prática as medidas de combate ao tráfico a que se propõe, é eficiente na condução do movimento que incorpora a condenação moral partilhada pelos setores mais conservadores da sociedade ao corpo jurídico nacional, cristalizando na lei práticas sociais proibicionistas antes desvinculadas do Estado. (RODRIGUES, 2004, p. 137)

Em 1932 a Lei 20.930 traz mudanças em relação ao usuário. Esta norma prevê prisão e multa para quem fosse encontrado com quantidades de drogas maiores do que as determinadas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública.

Em 1938 com o Decreto-lei 891 promulgado na ditadura do Estado novo a proibição ganha maior sistematização e alcance. Tendo a classificação de toxicomania, todo o uso de substâncias psicoativas deveria ser compulsoriamente notificado às autoridades sanitárias e policiais. É estabelecida a internação obrigatória de “toxicômanos”. Não havia tempo determinado para a internação, quem decidia isto era o juiz, baseado nas avaliações dos peritos.

Aconteceram outras mudanças com decretos e leis nos anos seguintes, mas as que chamam a atenção é o decreto lei nº385 de 1968, onde o usuário de drogas foi legalmente equiparado ao traficante. Para ambos havia a mesma pena de encarceramento. Segundo Rodrigues (2004), na prática houve um aumento na absolvição dos acusados. Os juízes não podiam mais determinar o tratamento como pena, mas para o magistrado era claro que o encarceramento não era solução. “O rigor pretendido pela reforma se converteu em frouxidão no cotidiano judiciário, pois entre juízes estava consolidada a figura do usuário como doente que necessitava de tratamento e não de prisão.” (RODRIGUES, 2004, p.151)

O decreto lei nº385 foi revogado após menos de três anos em vigor. É substituído, em 1971, por uma lei que termina com a equiparação penal entre usuário e traficante e os usuários não são mais chamados de toxicômanos e passam a ser chamados de viciados. O que vem como novidade também é que se o traficante for considerado viciado ou se a pessoa que cometesse crime sob o efeito de drogas fosse avaliada e, constatado que, em função deste uso, não teria capacidade de discernir o seu ato como ilegal poderia ter sua pena convertida em internação.

É ainda em 1971, que através de um decreto que começa a se estabelecer o combate ao tráfico e ao uso nas escolas através dos educadores que passariam por cursos de formação contra o uso de drogas.

Em 1976 é criada a Lei de Tóxicos. Ela vem com uma “tecnicidade, que procura manter uma ‘imparcialidade normativa’”. (RODRIGUES, 2004, p 156). Tenta dar um tom mais científico acerca do que é dito sobre as drogas. Termos são substituídos: “combate” se torna “repressão e prevenção”, “ilícito” é relativo ao tráfico e “indevido” ao uso. Ainda segundo o autor (2004), esta lei procurou amenizar o caráter punitivo ligado ao consumo, utilizando-o apenas nos casos do tráfico ilícito. Surgiu também com a lei uma nova categoria de usuário, o experimentador, que não é considerado um dependente do consumo de drogas, tampouco um traficante, não cabendo a ele a punição de um crime e nem um tratamento para um doente, mas sim uma orientação moral para não usar mais drogas.

Trinta anos depois, em outubro de 2006, a Lei 11.343, revoga a Lei de Tóxicos de 1976 e a Lei 10.409 de 2002 que havia se juntado à de 76, disciplinando outros aspectos do tema drogas. Segundo sua ementa, A lei de 2006:

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. (BRASIL, 2006)

No entanto ao fazer uma análise desta lei, Karam (2008) diz que a nova lei não traz alterações substanciais, pois segue as diretrizes proibicionistas dadas em convenções internacionais. Exemplifica isto ao falar sobre a criminalização da posse:

A Lei 11.343/06 mantém a criminalização da posse para uso pessoal das drogas qualificadas de ilícitas. Apenas afasta a previsão de pena privativa de liberdade, estabelecendo penas de advertência, prestação de serviços à comunidade, comparecimento a programa ou curso educativo e, em caso de descumprimento, admoestação e multa. Ao contrário do que muitos querem fazer crer, a Lei 11.343/06 não traz assim nenhuma mudança significativa nesse campo do consumo. Os “defensores” da nova lei querem fazer crer que a previsão de penas não privativas de liberdade seria uma descriminalização da posse para uso pessoal, sustentando que somente seriam crimes condutas punidas com reclusão ou detenção (expressões utilizadas no Código Penal como espécies de prisão). Ignoram que a ameaça da pena é que caracteriza a criminalização. E penas, como a própria Constituição Federal explicita, não são apenas as privativas da liberdade, mas também as restritivas da liberdade, a perda de bens, a multa, a prestação social alternativa, as suspensões ou interdições de direitos.

Apesar de não ter tido mudanças drásticas como analisou a ex-defensora pública e juíza de Direito aposentada pelo Estado do Rio de Janeiro, Maria Lúcia Karam, alguns pontos podemos considerar importantes estarem presente na lei.

Há um movimento, mesmo que pequeno, quando encontramos respaldo na lei para considerar a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco decorrentes do uso inadequado de drogas como atividade de prevenção; para considerar o reconhecimento dos direitos dos usuários, e o reconhecimento da responsabilidade e autonomia individual em relação ao uso indevido de drogas (BRASIL, 2006)

A lei 11.343/06, com algumas alterações, é a que está em vigor até os dias de hoje no Brasil.

I Fórum Nacional Antidrogas

Em meio a discussões e opiniões diversas, em 1998 em Brasília aconteceu de 27 a 29 de novembro o I Fórum Nacional Antidrogas que tinha os seguintes objetivos: “ser de caráter permanente; abrir um diálogo entre sociedade e o Governo Federal, na área das drogas; ouvir as sugestões da sociedade para o estabelecimento de uma Política Nacional Antidrogas” (BRASIL, 1999, p.5). Ele foi destinado exclusivamente a organizações não-governamentais e teve representantes dos mais diversos setores. Havia quatro grupos de trabalho sobre prevenção, tratamento, repressão e um grupo chamado global. Dentro dos grandes grupos havia os subgrupos como o do pessoal da redução de danos, outro chamado Populações Excluídas, e ainda Criação de Empregos, Internação, Comunidades Terapêuticas, etc. Corrêa (2002) faz uma retomada do relatório do fórum analisando os ditos e não ditos que aparecem nas discussões e propostas dos subgrupos. Mostra como desde o discurso do presidente da República na abertura do evento, onde diz que “Precisamos, no Brasil, ampliar a consciência do professorado, da gestão das escolas, mas, sobretudo, das famílias, com relação à questão das drogas” (...) “Isso requer um trabalho de inteligência e de informação” (BRASIL, 1999, p.8), até o relatório do subgrupo R2 “Participação da Sociedade na repressão ao Tráfico - Proteção à Testemunha e Definição do Campo de Atuação das ONGs” que faz parte do Grupo Repressão, reforça a necessidade de estimular a denúncia,

a delação premiada para que a sociedade faça parte da repressão ao tráfico. O autor chama a atenção para a diferença entre denúncia e delação. A delação mobiliza uma rede de proteção a testemunha, mas transforma-se em informação, em trabalho de inteligência quando chega aos órgãos oficiais competentes por correio, telefone ou outros meios.

Há outro episódio do Fórum que chama a atenção do autor e permite começar a delinear o discurso sobre drogas que o Brasil faz funcionar.

O subgrupo chamado Redução de danos e portadores de HIV, teve uma participação inesperada de pessoas ligadas a grupos religiosos - Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, Amor Exigente, Pastoral de Dependência Química/CNBB - e ao aparato policial, que correspondeu a 68% dos integrantes; eram contrários à troca de seringas e propunham a abstinência como única forma de tratar a questão das drogas. Os outros 32% eram pessoas envolvidas em atividades de redução de danos em instituições governamentais e não-governamentais. Foram produzidos, assim, dois relatórios, um incluindo troca de seringas e outro excluindo troca de seringas. Esta reunião insólita de membros de ONGs, professores universitários, religiosos e policiais, põe em cena os principais atores do teatro da prevenção ao uso de drogas e expõe o argumento da pantomima: grupos com interesses realmente opostos - confrontando ciência e dogma religioso, estratégias libertadoras e medidas repressoras - unidos na promoção da impossibilidade de pensar a vida sem governo. (CORRÊA, 2002, p.173)

São estes membros de ONGs, professores universitários, religiosos e policiais, os representantes que deram voz a sociedade. Não há como analisar a construção legal do proibicionismo sem perceber a base de apoio encontrada na sociedade. Entre as leis, táticas de governo e práticas sociais há uma comunicação de vontades e autorizações que são fundamentais para compreender a emergência da proibição às drogas dentro de uma democracia.

A partir do I Fórum Nacional Antidrogas foi organizado um curso gratuito, dirigido a 30.000 profissionais da educação e saúde, chamado *Prevenção ao uso indevido de drogas: diga sim a vida*, proposto pela Secretaria Nacional Anti Drogas (SENAD) e criado por especialistas em educação da Universidade de Brasília (UNB). O curso possui um roteiro tradicional ao abordar o tema: “definição de droga, classificações das mesmas, naturais, sintéticas, psicotrópicas, lícitas e ilícitas, classificação dos usuários (experimentador, recreativo, funcional e dependente), uma listagem das drogas e seus efeitos e estratégias de prevenção” (CORRÊA, 2002, p. 174). Sob o véu de um discurso científico, que nem ao menos segue aos apontamentos do Ministério da Saúde sobre o assunto, educadores e profissionais da saúde são treinados e incitados à guerra às drogas. Pensar os efeitos da política

proibicionista, o uso de drogas relativo ao contexto histórico cultural e a singularidade de cada sujeito, problematizar as formas como a mídia apresenta o assunto, não é o interesse (OLIVEIRA, 2009).

FISSURAS NA COERÊNCIA DO DISCURSO DA PROIBIÇÃO

Em meio a tentativas de banimento total das drogas e dos usos destas, encabeçado pelos Estados Unidos e aceito pela maioria dos países, cresce, desde os anos 1980, “uma postura reformista conhecida como *redução de danos* que vem conseguindo espaço entre os proibicionismos, principalmente nos países mais ricos da Europa e Oceania” (RODRIGUES, 2003, p.258). Depois de Estados Unidos, Austrália e alguns países europeus que declararam uma verdadeira guerra às drogas perceberem que o objetivo de acabar por completo com o consumo destas, era algo improvável, alguns grupos de médicos e cientistas sociais começam a investir em alternativas que buscassem minimizar os perigos para aqueles que não optam pela abstinência. A principal preocupação seria fazer com que o consumo de drogas psicoativas produzisse o menor prejuízo possível para o indivíduo que a usa.

Para além da percepção de que a abstinência total era algo improvável, outra questão se mostrou pujante na inserção de uma política de Redução de Danos. Uma nova doença – a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) – se alastrava entre usuários de drogas injetáveis como a heroína e a cocaína, devido ao compartilhamento de seringas.

Em 1977 e 1978 surgiram os primeiros casos nos EUA, Haiti e África Central, descobertos e definidos como AIDS, em 1982, quando se classificou a nova síndrome. (BRASIL,2013)

Mesmo frente ao risco de uma contaminação parecia impossível o fato de os usuários deixarem o hábito de se injetarem. Foi neste contexto que surgiram estudos para a formulação de políticas de saúde para tornar o uso da injeção mais segura.

Na cidade holandesa de Roterdã foi instituído, em 1984, um programa de trocas de seringas no qual, funcionários do Serviço Municipal de Saúde encarregavam-se de fornecer seringas e material para higienização aos usuários de heroína desde que eles se apresentassem com regularidade aos postos móveis destinados para tanto. O programa rapidamente se desenvolveu para além da troca de seringas: nos pontos de atendimento, os consumidores de heroína passaram a ter acesso a serviço de checagem de pureza da droga adquirida, além de prescrições e aplicações de metadona, opiáceo sintético desenvolvido para substituir a heroína em tratamentos de desintoxicação. (RODRIGUES, 2003, p.263)

No Reino Unido, pessoas que se inscrevem no cadastro geral do Serviço de Dependência de Drogas, e que são diagnosticadas pelo serviço médico estatal como

dependentes podem receber prescrições de heroína e cocaína. Isto se justifica na tentativa de controlar o hábito do uso, evitando a morte por overdose e a contaminação do vírus HIV, mas sem deixar de ter como objetivo a abstinência no futuro. Através destes exemplos observa-se que o objetivo final dos programas de redução de danos instaurados desde 1980 é a abstinência (RODRIGUES, 2003). Ainda, segundo o autor, a abstinência é o único meio eficaz de evitar danos aos usuários de psicoativos, no entanto a atmosfera que circunda a política de redução de danos deve ser a autonomia do consumidor e o respeito por seus hábitos de vida. Ao contrário do proibicionismo que leva o usuário a marginalidade, a política de redução de danos o traria à sociedade, o trataria e recuperaria. O que acontece é que a forma de restrição de liberdade se desloca do encarceramento para outras formas de controle. O fato de políticas de redução de danos “conviverem” com políticas proibicionistas em países como Estados Unidos e Brasil mostra que com a RD não ocorrerão mais do que reformulações do proibicionismo (RODRIGUES, 2003).

Os partidários da redução de danos explicitam que querem o cuidado do usuário de drogas, minimizando os riscos já que é inevitável o uso e não estão incentivando o hábito de usar drogas, muito menos sendo apologistas. O uso é considerado inevitável, mas não desejável. O Estado, por sua vez, se utiliza da RD como forma de controle da população (os usuários passam por um cadastro nos serviços de saúde), e mantêm contato com o consumidor de drogas pela via assistencial, ou seja, mudou o instrumento de acesso, mas o controle continua o que nos mostra que ele existe também onde se promove saúde (RODRIGUES, 2003).

Aspectos da redução de danos no Brasil

No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde (2013) em 1982 foi diagnosticado o primeiro caso de AIDS, em São Paulo. Nesta época era chamada de Doença dos 5 H, representando os homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos (usuários de heroína injetável) e hookers (nome em inglês dado às profissionais do sexo). Em 1985 foi criado um programa federal de controle da aids e em sua portaria 236/85 quando falava em medidas de controle da doença em

relação aos usuários de drogas injetadas intravenosamente estabelecia que os usuários “devem ser orientados para a interrupção desta prática ou, no mínimo, para a utilização de material descartável de uso exclusivo e individual” (BRASIL,1985). Por este texto da portaria percebe-se que já vislumbravam a impossibilidade de uma total abstinência por parte dos usuários de drogas injetáveis.

Em 1989 o Brasil registra 6.295 casos de AIDS. Foi no final dos anos oitenta também, que a Redução de Danos teve início no país, tendo a cidade de Santos como pioneira.

Santos é uma cidade portuária do estado de São Paulo e em 1989 possuía menos de 300.000 habitantes e segundo dados da revista Veja (1989) era a cidade brasileira que mais apresentava casos de AIDS neste ano. Em janeiro de 1989 dos 191 casos registrados em Santos, 79 eram usuários de drogas injetáveis. Em vista de esta cidade ter uma circulação muito grande de pessoas vindas de diversos estados e diversos países em função do Porto de Santos, e em decorrência do cenário apresentado, onde a incidência de casos de AIDS aumentava significativamente tentou-se implantar a redução de danos.

Durante o período de 1989 a 1996, Santos foi a primeira cidade brasileira sem manicômios; a primeira cidade a reverter epidemiologicamente o quadro de contágio pelo vírus da AIDS; a primeira cidade a criar programas de assistência domiciliar e a inventar uma metodologia de trabalho com meninas prostituídas e usuários de crack, etc., e também a primeira cidade a aplicar a metodologia de distribuição gratuita de seringas descartáveis. (Lancetti, 2007, p. 79)

Este início não foi fácil. A sociedade entendia a prática como apologia ao uso de drogas, gerando na época até processos para o secretário municipal de saúde e para o coordenador do programa de HIV/AIDS de Santos, fazendo com que o programa de redução de danos (PRD) fosse interrompido por um período.

Após esse processo conflituoso, em 1994 inicia um novo momento para as ações de RD, que começam a ser incentivadas e constituídas em parceria com Ministério da Saúde.

Inicialmente, a inserção do PRD se propunha a troca do kit que, em geral, era composto por seringas, agulhas, água destilada, lenço umedecido em álcool, copo dosador, garrote, preservativo masculino e material informativo sobre as formas mais seguras de uso de substâncias psicoativas pela via intravenosa e sobre como acessar alguns serviços de saúde. Sendo financiado pela política de HIV/AIDS do

Governo Federal, o seu principal objetivo era prevenir o alastramento do vírus por uso de drogas injetáveis.

Nas equipes que se formaram pode-se dizer que havia um consenso entre os profissionais da saúde de que para ser redutor de danos era importante que a pessoa fizesse ou já tivesse feito uso de alguma droga e fosse da comunidade onde iria trabalhar ou pelo menos a conhecesse. Assim, várias equipes foram compostas por agentes redutores de danos com essas características. Com o passar dos anos os PRD perceberam que o redutor de danos não precisava ser necessariamente, um usuário ou ex-usuário de drogas e tampouco morar na comunidade onde desenvolveria o trabalho. Era fundamental sim a capacidade de criar vínculos, de realizar um bom acolhimento, onde se entende o acolhimento como “uma ação de aproximação, um ‘estar com’ e um ‘estar perto de’, ou seja, uma atitude de inclusão” (BRASIL, 2006, p.6). Sendo assim, era necessária a habilidade de abordagem que consistia em saber se aproximar das pessoas, tratá-las bem, escutá-las e não as perceber como perigosas. Isto se torna fundamental quando o principal objetivo vai para além de trocar seringas sujas por limpas é necessário nestes encontros potencializar algum cuidado em saúde (SILVA, 2010).

Nos trabalhos em campo³ dos redutores há muito mais trocas do que a de seringas. São encontros que acontecem e vínculos que se criam. Muitas vezes apenas eles acessam estas pessoas que não se encaixam nem ao menos nos padrões dos serviços de saúde. Existem os postos de saúde próximos, mas para ser atendido é preciso acordar cedo para poder pegar ficha. Não podemos desconsiderar que as pessoas envolvidas com o tráfico ou com o uso de drogas e até mesmo seus familiares possuem uma rotina diferente dos padrões tradicionais de “horário comercial”. Eles vão dormir mais tarde e conseqüentemente acordam mais tarde. É então, neste encontro com os redutores, que acabam se adaptando aos horários diferenciados destas comunidades, que se constrói um espaço para tirar dúvidas sobre como fazer algum documento, questionar sobre algum cuidado que estejam precisando, algum encaminhamento da área da saúde, enfim, alguma informação que não esteja necessariamente ligada ao uso de drogas ou a AIDS.

³ Há diversas definições de campo, no entanto quando me referir a campo será em relação aos redutores que vão a campo, ou seja, até os territórios dos usuários.

Desregulagem

No Rio Grande do Sul a idéia da redução de danos chega no final de 1995 e as idas a campo iniciam em setembro de 1996 em Porto Alegre. Do grupo que iniciou esta proposta, fazia parte Domiciano Siqueira que conta um pouco sobre esta experiência através de uma entrevista concedida a Antonio Lancetti no livro *A Clínica Peripatética* (2007). Ele conta que iniciaram a prática através de plantões feitos na unidade de saúde do bairro São José, onde estavam atuando. Relata que alguns integrantes do grupo de trabalho, que eram ex-usuários de drogas acabaram se afetando com a possibilidade de trabalhar com usuários e tiveram medo da experiência e acabaram largando a proposta. Domiciano continuou e começou a fazer plantões em campo no turno da tarde. A proposta impulsionadora do campo era a troca de seringas, como acontecia em outras partes do país. No primeiro mês foi feita a troca de 122 seringas, sete meses depois 5.000 e em dois anos foram entregues 40.000 com retorno de 60% a 75%, que consideram como seringas trocadas. Os monitores (como eram chamados inicialmente os redutores de danos) colocavam caixas coletoras em alguns pontos do bairro como em pontos de ônibus ou bares para que os usuários dos kits pudessem descartar as seringas.

Domiciano conta que nesta experiência viu a redução de danos funcionar para além da troca de seringas. Os trabalhadores eram acessados para tirar dúvidas sobre vacinas dos filhos, sobre como tirar documentos, etc. Foi criado um vínculo com a comunidade em geral daquela favela e ele acredita que isto se deve ao fato de chegarem à comunidade sem promover uma campanha de guerra as drogas ou buscando a abstinência total da população, eles estavam lá para ouvir, para conhecer as singularidades daquela população e a partir daí propor ou instigar algum tipo de cuidado com a saúde ou não propor nada e simplesmente estar lá para quando surgisse alguma demanda.

No relato de Domiciano fica claro um movimento diferente para as ações em RD. Na experiência vivida por ele em Porto Alegre conseguiu-se estabelecer vínculos com a comunidade e a RD conseguiu se descolar do seu propósito inicial de simples troca de seringas, onde objetivo final das práticas era sempre a abstinência, e aonde a RD vinha como última alternativa em situações extremas de uso compulsivo que gerava danos para o usuário e para a sociedade como um todo.

As práticas de RD relatadas à Lancetti demonstraram que estavam em total sintonia com as práticas de saúde pública que busca a defesa da vida.

O movimento da RD em Santa Maria

Em Santa Maria existiam ações de redução de danos já no ano de 2001, que eram praticadas por profissionais contratados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS), no entanto o programa de redução de danos da prefeitura municipal tem seus primeiros movimentos no início de 2002. Flávia Costa da Silva, na época estagiária da prefeitura, foi quem encabeçou o programa junto com alguns colegas, que compuseram uma equipe diferenciada das demais, pois não tinham profissionais tradicionais da área da saúde como médicos e enfermeiras. Flávia continuou sendo estagiária e iniciou os encaminhamentos burocráticos para a implantação do PRD (SILVA, 2010).

Em sua dissertação de mestrado Silva (2010) conta que, quando começou o processo de implantação em Santa Maria o cenário era menos tenso em relação à opinião pública sobre a RD do que o que foi encontrado em outras cidades em anos anteriores.

Até julho de 2002 Flávia e colegas que comporiam o programa se mantêm estudando, até sair a contratação oficial dos trabalhadores. A equipe inicia os trabalhos de campo e em abril de 2004 eles conquistam uma nova sede, a Casa Treze de Maio, para poder expandir o PRD e também implantar uma política municipal para o HIV/AIDS. A equipe se juntou aos redutores de danos do CIS, que até então faziam práticas separadas, contratando-os para agregar ao PRD. A equipe foi tomando corpo, novos profissionais foram contratados, todos sob o critério de terem afinidade com o tema e não atuarem de acordo com práticas proibicionistas de guerra as drogas. “No período de 2004 a 2008, a Casa Treze de Maio estava transbordando vitalidade” (SILVA, 2010, p.84). No entanto final de 2008 alguns dos profissionais acabaram saindo do PRD, alguns demitidos e outros sabendo da certeza de uma futura demissão pediram para sair. Circulava desde 2008 a notícia de que a contratante das equipes de saúde demitiria todas as pessoas até metade de 2009 devido a um termo assinado em 2007 de ajuste de condutas do Ministério

do Trabalho. Foi o que aconteceu, até a metade de 2009 todos os contratados foram demitidos.

Iniciei minhas funções na prefeitura em junho de 2009 e desde esse início eu e meus colegas do novo CAPS- ad tínhamos encontros de estudos com os profissionais que permaneceram na Casa Treze de Maio, todos concursados.

Este contato mais próximo deles me proporcionou perceber que toda a mudança ocorrida gerou um grande abalo à equipe e a estrutura que havia do PRD de Santa Maria, pois os profissionais que encabeçaram as práticas durante anos haviam saído e não havia mais redutores de danos no município.

Esta mudança significativa conseguiu movimentar também alguns desdobramentos positivos, é o que aparece no próximo capítulo.

RUMO A ÍTACA

Diante de um cenário onde a RD estava enfraquecida na cidade de Santa Maria, inclusive sem profissionais redutores de danos em 2009, e devido a um questionamento de *qual noção de RD que se produz através das práticas*, um grupo envolvido com a temática e que vinha discutindo estas questões vê em um edital publicado pelo Ministério da Saúde a chance de fazer um projeto inovador. O grupo composto pelo professor da UFSM Guilherme Corrêa, que pesquisa sobre drogas e RD e foi coordenador deste projeto, Douglas Casarotto de Oliveira, psicólogo do CAPS-ad CIA DO RECOMEÇO que na época fazia mestrado em Educação na UFSM e abordava o tema drogas em sua dissertação, Flávia Costa da Silva, Cientista Social, Sanitarista, também mestranda na época do mesmo programa da UFSM e responsável pela implementação do PRD na cidade de Santa Maria e Claudia Valéria Emanuelli Magalhães, psicóloga do município lotada no PRD⁴, submeteu o *Projeto Ítaca: redução de danos como ferramenta para práticas intersetoriais em saúde* a edital do Ministério da Saúde e este foi aprovado.

Na metade de 2010 me juntei ao grupo, já denominado Ítaca e fui cativada pela proposta que estava relacionada com o trabalho que desenvolvia no CAPS-ad CIA DO RECOMEÇO. Também se juntou ao grupo uma aluna do último semestre de psicologia da UFSM, estagiária da Casa Treze de Maio. Foi o grupo Ítaca que coordenou o desenvolvimento do projeto que estava dividido em duas séries.

A primeira série consistia em reunir trabalhadores em redução de danos do Rio Grande do Sul para estudar, problematizar e planejar estratégias pedagógicas em redução de danos, tendo destaque a socialização das perspectivas e formas de atuação dos grupos de RD, a avaliação do trabalho que desenvolvem e, ainda, a concepção e estruturação do curso a ser oferecido na segunda série.

Para compor o grupo que estaria na primeira série a equipe Ítaca pensou junto na escolha dos trabalhadores, mas a grande maioria era indicação de Flávia. Por ela ter experiência na redução de danos e circular mais nos espaços de trocas da RD como eventos, congressos, encontros, trabalhos e fóruns, conhecia muitas pessoas envolvidas com esta prática. Convidamos pessoas que tinham uma

⁴ Fonte – Projeto Ítaca: redução de danos como ferramenta para práticas intersetoriais em saúde.

trajetória conhecida por algum de nós e sabíamos que poderiam contribuir com suas experiências. Convidamos até mesmo pessoas sem experiência nenhuma, mas que se mostravam ávidas em aprender sobre o tema e se diziam descontentes com as práticas mais tradicionais ligadas a abstinência como única forma de tratamento. Não nos detivemos em currículos ou em saberes legitimados pela academia, mas sim nas vivências que haviam construído ao longo da sua trajetória em redução de danos.

O grupo se constituiu e passou a se encontrar mensalmente, durante dois dias, de agosto a novembro de 2010 e tinha como objetivo final a formação de educadores que elaborariam uma proposta do curso que seria dado na segunda série. Para isso foi trabalhado intensivamente.

O projeto não tinha como objetivo a elaboração de oficinas, mas sua proposta ia ao encontro destas práticas. A oficina propõe uma modalidade de trabalho baseado nas relações de diálogo, na investigação das relações interpessoais e na investigação das construções de verdades e das práticas sociais e educativas. Consiste em fazer com que todos os membros do grupo participem do processo a partir do desejo de estar ali, pois a oficina não é um trabalho educacional compulsório.

Os encontros, assim como oficinas, eram momentos de diálogo não restrito à transmissão de saberes, tinham uma proposta de trabalho, mas que não era enrijecida e podia se moldar de acordo com o que emergia dela. Segundo Pey (1997) uma oficina pode durar mais ou menos tempo em função das contingências resultantes da ação do grupo a partir dos temas em estudo. Ela rompe também com a separação disciplinar entre trabalho e lazer, porque oficina é essencialmente trabalho no sentido de um conhecer com vontade. Como afirma Pey (1997) na oficina a dialogicidade é essencial na relação entre as pessoas, pois é desse tipo de relação dialógica que se obtém uma força coletiva de produção de saber superior à soma das forças individuais. Os encontros da primeira série do Ítaca reuniram todas estas características. Tínhamos horário de início, intervalo e término, mas em muitas situações o envolvimento com as discussões era tão intenso que esquecíamos as horas. Era claro que todos estavam muito felizes, cada um trazia sua história e trajetória, e compartilhava com pessoas que tinham histórias semelhantes, eram pessoas mobilizadas com a RD, que entendiam de RD e que independente de onde estivessem iriam continuar trabalhando com RD. A redução de danos emergia como

um *estilo de vida* e não apenas como uma função, o que mostrava a força destas práticas. Os encontros que aconteceram na primeira série do projeto foram movimentadores de muitas situações como aprendizado, enfrentamentos, discussões, trocas de conhecimento e de experiências, angústias, receios, conflitos, respeito, enfim, situações que encontros tão belos, entre pessoas que queriam muito vivenciá-los, poderiam prover.

Para abordar esses encontros neste capítulo assisti vinte e cinco DVDs, com trinta e seis horas de filmagens, que foram postos a disposição pelo grupo proponente do projeto. Os DVDs não eram editados e reproduziam as gravações originais. Em respeito ao acordo⁵ feito pelo grupo de vinte e três pessoas que estavam participando segui alguns critérios na escrita. O grupo decidiu que tentaria editar todas as gravações, mas esta primeira série do projeto seria compilada em quarenta minutos ou no máximo uma hora de gravações para poder estar disponível a quem quisesse, até isso acontecer somente os participantes teriam acesso. O grupo tomou esta decisão porque em meio às discussões faziam frequentemente referência a colegas de trabalho, familiares e gestores. Tais referências eram praticamente inevitáveis no contexto dos debates, mas não deveriam vir a público. Em respeito a esta decisão, já que as gravações não foram editadas, não fiz referência a nomes nas transcrições de falas.

Esta decisão de não fazer referência a nomes nas transcrições acabou gerando algumas dificuldades, como por exemplo, utilizar muito “as pessoas” e “os participantes” para me referir aos que participaram da primeira série. Acabou também não definindo cada um dentro do projeto, pois dizer: “um *participante* disse tal coisa” é muito menos interessante que a “tal coisa” dita com referência ao nome de quem disse. Também usei o termo *reduzidor de danos* quando me referi às pessoas do grupo da primeira série do projeto, mesmo que nem todos que estavam lá fossem profissionais redutores de danos, mas foi uma terminologia já utilizada durante o projeto quando falávamos nos participantes e que usei durante a escrita.

Em relação às falas dos participantes transcritas no texto, essas não receberam o tratamento gráfico de citações de texto e referências bibliográficas, foram incluídas diretamente no texto, em itálico e entre aspas, sem recuo. Para cada uma delas foi indicada em rodapé a data. Esta decisão foi tomada para o texto ficar

⁵ Este acordo foi feito no dia 13 de maio de 2011, conforme gravações deste dia.

com uma configuração mais harmônica para o leitor. No geral não houve correções das falas transcritas, somente alguns acertos de palavras que não comprometeram o sentido do que estava sendo dito, por exemplo, a palavra “ficá” quando apareceu foi corrigida por “ficar”, ou “as coisa” por “as coisas”.

Ao abordar esta primeira série do projeto em alguns momentos me coloquei como autora da dissertação que escreve sobre, falando sobre o que os outros (eles) falaram, mas em muitos momentos estive incluída nas falas, que eram minhas também (nós), pois também fiz parte dessa série como integrante do grupo proponente do projeto Ítaca e como educadora em formação. Esses atravessamentos podem em alguns momentos confundir o leitor.

Tentei ser o mais fiel possível ao material analisado, indicando ao leitor sobre possíveis problemas nas gravações que tornaram difícil a análise das filmagens. Essas decisões anunciadas foram tomadas para que o leitor pudesse entrar nesta viagem rumo a Ítaca.

Encontro I – 12 e 13 de Agosto de 2010

O primeiro encontro ocorreu em agosto de 2010. Éramos vinte e três pessoas reunidas em torno de um mesmo tema – Redução de Danos. O conjunto era bastante eclético, havia nove redutores de danos que ainda estavam atuando, dois que não possuíam mais vínculo institucional, mas que ainda construía práticas em RD, quatro psicólogos, uma terapeuta ocupacional, um educador social de rua, cinco trabalhadores do SUS, um professor universitário, enfim, pessoas das mais diversas áreas que tinham em comum práticas e estudos vinculados à redução de danos.

Iniciamos este dia em uma sala pequena de um hotel no centro de Santa Maria. Cadeiras dispostas em “U” onde as pessoas que as ocupavam tinham um semblante com misto de curiosidade e ansiedade. Cada participante se apresentou. Grande parte do grupo já se conhecia, esses estavam falantes e descontraídos, já os que não conheciam ninguém ou quase ninguém estavam mais reservados.

O primeiro passo feito após a apresentação foi explicar a todos como funcionaria o projeto e explanar os objetivos desse, que eram:

- *Criar, planejar e operacionalizar um curso, sobre perspectivas em Redução de Danos (RD), a ser elaborado e executado por trabalhadores em redução de danos do Rio Grande do Sul (RS), direcionado a estudantes universitários, em especial, das áreas de saúde, licenciaturas e direito visando à sua atuação social.*
- *Favorecer a integração e interlocução dos trabalhadores em RD do Rio Grande do Sul, a fim de problematizar perspectivas e práticas em redução de danos.*
- *Inserir a noção de RD no meio universitário, com futuros profissionais, principalmente das áreas de saúde, licenciaturas e direito, rompendo a dissociação entre formação acadêmica e prática profissional.*
- *Estimular os universitários participantes do curso a traçarem um plano de intervenção junto à comunidade a partir de suas respectivas áreas de atuação, fortalecendo a RD como uma diretriz de trabalho transdisciplinar e intersetorial.*
- *Provocar a criação de estratégias inéditas em RD, possibilitando a produção de novas concepções e intervenções nesse campo⁶.*

Ao falar dos objetivos e da proposta de apresentarmos temas escolhidos por nós aos estudantes universitários houve quem não se interessou pela proposta e falou que não teria interesse em participar da segunda série do projeto. Foi a partir dessa fala que se deixou bem claro que não era obrigatório estar ali e aderir ao projeto, no entanto era importante que os que ficassem se comprometessem em ir até o fim, devido à complementaridade apresentada entre as duas séries.

Apenas uma pessoa manifestou sua dificuldade em estar presente na segunda série e acabou participando somente do primeiro encontro, as demais demonstraram interesse pela proposta. Alguns justificaram o interesse em participar e uma das falas que pareceu ter traduzido um pouco o sentimento dos demais foi quando um dos participantes, que faz parte do Centro de Referência em Redução de Danos do RS como colaborador, diz que vê o Ítaca como um projeto inovador. Ao longo dos anos ele acompanhou projetos, eventos ou seminário onde são, geralmente, “*chamados três ou quatro doutores e um redutorzinho de danos, coitado, no canto da mesa. Ele vai falar como ele faz e os donos do saber vão interpretar a prática dele e transformar isso em ciência.*”⁷ Segundo ele, o projeto

⁶ Fonte Projeto Ítaca: redução de danos como ferramenta para práticas intersetoriais em saúde

⁷ Fala retirada das gravações feitas no primeiro encontro da 1ª série do Projeto Ítaca no dia 12 de agosto de 2010

Ítaca veio para romper com isso, pois, através dele, os donos do saber são os próprios redutores de danos e o lugar de produção do saber é onde eles trabalham.

Outra participante, que era coordenadora do programa de redução de danos de Pelotas na época, complementa a fala dizendo que o curso de formação de educadores em redução de danos será importante, pois o redutor faz, mas muitas vezes não sabe dizer o que faz e, é aí que se abrem as brechas para outros interpretarem o que é falado. Ainda segundo ela, o curso irá suprir esta dificuldade e ajudará a todos a conseguir falar sobre suas práticas.

Após a socialização das opiniões, o grupo coordenador do projeto propôs que cada um refletisse e falasse sobre as seguintes questões relacionadas à sua trajetória em redução de danos:

- *O que você faz e como caracteriza sua prática em RD? Apresente uma situação em que você se gosta como redutor de danos e uma situação em que você não se gosta.*
- *O que representa ou como você poderia expressar a maior fragilidade da sua prática e o que você poderia falar que é força?*

Havia um silêncio na sala, todos pareciam estar ainda assimilando todas as informações passadas sobre o projeto e antes de responder, as pessoas começaram a se perguntar, paralelamente, o porquê do nome Ítaca. O grupo coordenador explicou que havia um poema chamado Ítaca⁸ e o mostrou a todos. O grupo disse ainda que, em consonância com o poema, gostaria que o “caminho fosse longo” e os encontros, ao acontecer, deveriam durar o máximo possível, para podermos fazer coisas bem legais juntos e experimentar intensamente o projeto.

O silêncio permaneceu e as pessoas começaram a falar sobre as questões que foram colocadas. Não havia ordem ou sequência, falava quem sentisse vontade. Uma das respostas mais recorrentes entre os participantes e que me chamou a atenção foi a de que a Redução de Danos para eles não é apenas uma diretriz do SUS, ela, a partir do momento que a conheceram se tornou parte de suas vidas, se tornou um *estilo de vida*. Mesmo que alguns não estivessem institucionalizados, continuaram com as práticas da RD, foi o que mostrou a fala de um deles quando contou que: *“Mesmo não sendo um redutor de danos institucionalizado eu moro numa área [bairro] que eu sou referência pro pessoal, qualquer coisa o pessoal vai*

⁸Poema já referido anteriormente. ÍTACA – de *Konstantinos Kaváfis* (Trad. José Paulo Paes).

na minha casa, me pede orientação, me chama pra conversar [...] Esses dias a gurizada tava muito louca lá, usando e tal... E o patrão [traficante] da vila disse: vai lá e chama o [disse seu nome] por que o cara tem uma cabeça boa e bate um papo com essa gurizada que tá muito louca.”⁹

Uma fala que também foi recorrente, mas em relação à fragilidade, foi de que em muitas situações o redutor de danos tem limitações e se vê impotente perante algumas situações. Uma participante disse: *“Não gosto de ser redutora quando me deparo com situações em que me sinto impotente, por que, quando envolve situação de miséria, de crianças... Claro a gente não pode ficar pensando num modelo de que o dano tá instalado. Não. A gente tem que pensar: sempre tem alguma coisa que a gente pode fazer, nem que seja ficar ali, junto. Enfim... Mas às vezes tem umas situações que são pesadas nessa parte.”¹⁰*

Durante todas as apresentações os demais participantes ficaram em silêncio, prestando atenção no que os colegas falavam. Em alguns momentos acenavam afirmativamente com a cabeça, fazendo menção de que concordavam ou partilhavam o que estava sendo falado. À medida que as falas foram acontecendo o grupo foi se conhecendo e as pessoas acabaram se reconhecendo nas falas dos outros e descobrindo ou redescobrindo afinidades, o que fazia parte da proposta também, pois já neste primeiro dia de encontro foi solicitado que cada participante se juntasse, por proximidade ou afinidade, a outro para serem formadas as duplas de educadores que iriam promover o curso da segunda série. Com certo silêncio as duplas e um trio se juntaram, ninguém ficou sem parceiro, algumas duplas eram de pessoas que estavam se conhecendo naquele dia, mas que se propuseram a fazer um trabalho juntos. Depois de formadas, as duplas e trio com total autonomia decidiram sobre o que iriam falar, afinal, a proposta era que falassem sobre algo que lhes fosse visceral e a grande questão era *“o que eu preciso dizer sobre redução de danos?”*.

Um participante que já trabalhou com a organização de cursos, fóruns e outros eventos sobre redução de danos contestou a proposta e afirmou que na opinião dele, para um curso como o que estávamos organizando para a segunda série, existiam temas sobre a RD que teriam que ser obrigatórios aparecer.

⁹ Fala retirada das gravações feitas no primeiro encontro da 1ª série do Projeto Ítaca em agosto de 2010

¹⁰ Fala retirada das gravações feitas no primeiro encontro da 1ª série do Projeto Ítaca em agosto de 2010

A equipe proponente do projeto acreditava na potência de propor que cada um falasse sobre o que considerava importante, afinal sabiam que quem estava lá já tinha uma trajetória na RD e conseqüentemente teria coisas muito boas sobre o que falar. Até mesmo os que não tinham trajetória e ainda estavam em processo de estudo e aprendizagem também poderiam surpreender com suas apresentações. A coordenação do projeto nem questionou que temas seriam estes e desconstruiu essa colocação de “temas necessários”, reiterando a proposta inicial, que os temas deveriam emergir do desejo de falar sobre o que estavam propondo. O grupo Ítaca falou ainda que, caso todos percebessem a necessidade de aparecer algum tema e este não fosse proposto por ninguém, haveria na segunda série um espaço para trazer pessoas de fora, ou seja, que não participassem da formação, mas que pudessem fazer estas falas.

Este foi um momento significativo do processo que estávamos vivendo, afinal fazia sentido o que este participante falou caso se tratasse de um curso sobre redução de danos com moldes mais fechados e mais tradicionais onde quem organiza o curso é também quem decide o que falar. No entanto não fazia sentido para o projeto idealizado nos moldes de oficina, onde todos ajudariam a compor o curso através do que cada um considerasse importante falar.

Após essa conversa as duplas e trio se juntaram e tiveram meia hora para conversar sobre os temas que iriam escolher. Foi meia hora onde todos entraram intensamente na proposta. A sala era pequena, o que não proporcionava distância entre as duplas e trio, no entanto isto não foi empecilho para as discussões. Foram movidas as cadeiras e cada um achou o espaço possível para conversar. A sala tomou-se de um silêncio, não um silêncio sem barulho algum, era um silêncio com cochichos, onde não se ouvia o que o outro falava, apenas sabíamos que todos estavam a discutir.

Ao terminar a meia hora destinada à conversa, as pessoas retornaram em silêncio para os lugares antes ocupados sem necessariamente sentar-se ao lado de seu colega de apresentação. Falando num tom de voz mais baixo as duplas e trio foram relatando os temas escolhidos. Não havia uma organização pré-definida de quem falaria primeiro ou depois as ideias sobre o que apresentar na segunda série. As pessoas foram falando conforme sentiam vontade. Desta maneira aleatória foi se desenhando um curso que contemplaria os mais diversos assuntos sobre RD e também a sequencia como foram sendo apresentados mostrou-se uma sequencia

interessante para o desenho do curso da segunda série, os temas se complementavam da maneira que estavam dispostos.

As falas contemplaram temas como práticas de um redutor de danos, ampliação da noção de drogas, uso de drogas por crianças e adolescentes, a utilização da RD como ferramenta de cuidado, entre outros.

Ao encerrar as apresentações o grupo proponente reiterou que a proposta do projeto era cada um falar sobre o que considerava importante, não necessariamente todo o grupo precisaria concordar, até mesmo poderia ocorrer de falarem coisas diferentes sobre o mesmo assunto. Tudo isto poderia acontecer desde que conversássemos sobre as perspectivas de cada um e sobre a coerência com o projeto do que cada um iria falar.

Este dia foi um “divisor de águas”. Caso as pessoas não se sentissem tão instigadas com a proposta e tão sensibilizadas com a potência do seu conhecimento sobre redução de danos e da importância em escolher visceralmente o que dizer, a proposta inicial de oficina acabaria ali e tomaria outro rumo, ou simplesmente poderia acontecer das pessoas não concordarem com a proposta e sair. Felizmente o que aconteceu foi ao encontro do que o grupo Ítaca queria, os convidados a participar do projeto acolheram a proposta.

A palavra que define este primeiro encontro da primeira série do projeto Ítaca é um advérbio, *intenso*, pois além das belezas descritas, houve também um clima tenso em alguns momentos, às vezes por um estranhamento à proposta, às vezes por algumas pessoas que normalmente ocupam lugares de quem propõe e organiza encontros ou eventos não conseguir ocupar um espaço de horizontalidade com os demais, onde todos que estavam ali eram de extrema importância para o projeto, pois possuíam uma trajetória ou estavam construindo uma trajetória em redução de danos que era importante para a composição do projeto. Nesses momentos de tensão a equipe coordenadora teve que manejar os enfrentamentos, o que neste encontro não foi muito fácil por ser o primeiro e não sabermos o que se daria desta composição. Apesar de não ter sido fácil foi possível pela segurança que tínhamos na potência do projeto.

Felizmente ficou clara a proposta de não obrigatoriedade em participar e sim que as pessoas foram convidadas, tanto que uma delas expressou não sentir-se confortável com a proposta e anunciou que não retornaria nos próximos encontros e indicaria um colega em seu lugar. Quanto a essa colocação todo o grupo

compreendeu e aceitou tranquilamente. Outras questões que vão ao encontro da proposta de oficina não ficaram tão claras para alguns do grupo, como por exemplo, que havia uma proposta de trabalho, mas que não era enrijecida e podia se moldar de acordo com o que emergia do encontro. A todo momento havia um participante querendo enquadrá-la em moldes fechados, solicitando direção ao projeto. Ele não entendia que havia uma direção do projeto: queríamos saber que noção de redução de danos existia a partir das práticas e das vivências do grupo que estava no projeto. Outra questão que surgiu e que foi de encontro a proposta de oficina foi quando um participante, sem antes ouvir o que os colegas gostariam de falar sobre RD, já colocou para o grupo que na opinião dele, havia temas que eram necessários aparecer e que alguém teria que abordá-los. Quando os temas de interesse de cada um apareceram, acabaram abrangendo vários assuntos que davam conta da produção de um curso sobre redução de danos. Isto aconteceu porque as pessoas que estavam ali tinham a redução de danos como *estilo de vida* e falar de suas práticas e do que achavam visceral envolve vários temas sobre a RD.

Para encerrar este dia foi feito o acordo de que no próximo encontro trabalharíamos as estratégias educacionais para apresentação dos temas, ou seja, as duplas deveriam vir com as falas prontas para serem apresentadas ao grupo.

Encontro II – 09 e 10 de Setembro de 2010

Quase um mês depois do primeiro encontro, o grupo de vinte e três pessoas se reuniu em Santa Maria novamente. Este encontro já foi diferente para todos os participantes, pois já conheciam a proposta do projeto e vieram preparados para a atividade principal que seria a apresentação de cada dupla e trio para o grupo.

Esta apresentação foi de caráter informal, em menor tempo do que seria feita na segunda série do projeto (neste ensaio cada dupla e trio tinha meia hora para apresentar e o grupo tinha meia hora para fazer as considerações), mas teve uma função muito importante, afinal através dela que o grupo fez os ajustes necessários para as apresentações.

Este encontro iniciou, antes dos ensaios, com um espaço onde todos puderam falar dos efeitos do encontro anterior quando voltaram para casa. Todos

estavam contentes e tinham muito o que falar, referiram que ao voltar para casa sentiram-se renovados e impulsionados a seguir seus trabalhos relacionados à RD. Esse espaço acabou propiciando também algumas discussões de ordem no grupo. O fato de todos quererem falar, às vezes ao mesmo tempo, fez com que um participante pedisse que houvesse, por exemplo, inscrição para poder falar. O grupo proponente argumentou achar desnecessário, pois a conversa poderia circular de maneira que um cedesse a vez ao outro sem precisar estar inscrito.

Este tipo de situação foi, na maioria das vezes, tensa e gerou desconforto à equipe proponente, mas foi também através dessas situações que circularam as estratégias educacionais do grupo sem estarem escancaradas. Afirmávamos a importância de cada um no grupo e de cada um estar lá porque escolheu estar e porque no primeiro encontro concordou com a proposta do projeto; a importância de serem estruturadas falas para a segunda série sobre o que os redutores de danos considerassem necessário falar; a importância das duplas e trio criarem suas apresentações através de sua criatividade e a importância do grupo todo poder escutar e intervir fazendo perguntas e/ou sugestões.

Após as discussões iniciais começaram as apresentações. Os títulos provisórios foram os seguintes (seguindo a ordem de apresentação):

Por que ampliar a perspectiva de ver o assunto drogas e o uso de drogas?

Redução de danos: a clínica fora de si.

Uma noção de vida que interessa para a redução de danos

O trabalho do redutor de danos.

Arteiros: crianças, jovens e usos de drogas.

Redução de danos como modo de vida.

Entre fronteiras.

Sem título.(o trabalho falava sobre abordagem em campo, mas não foi dado um título provisório na apresentação)

O trabalho imaterial do redutor em contexto da comunidade.

Noção de campo na redução de danos.

Direito a saúde.

Foi solicitado que cada dupla e trio trouxesse pelo menos o título e as estratégias que utilizaria na apresentação. Houve quem não conseguiu dar título à fala ou não tinha muito claro ainda como iria apresentar seu tema. Isso não foi problema, o grupo acolheu as dificuldades e propôs sugestões. Esta intervenção

aconteceu, muitos colegas falaram suas considerações sobre as apresentações, mas nem todos se colocaram neste lugar, muitos (a maioria) permaneceram calados, apenas observando e talvez não tivessem se colocado, ainda, no papel de quem pudesse contribuir ou até mesmo criticar.

Neste encontro foi ficando ainda mais clara a importância e a necessidade da escuta sobre o que o outro tem a dizer. No encontro anterior um participante referiu ter temas que eram necessários aparecer sem antes ouvir sobre o que os colegas iriam falar. Desta vez poderia ter acontecido algo semelhante e novamente vimos como vale a pena escutar. Um exemplo foi que uma dupla anunciou quealaria sobre terapia de substituição utilizada com crianças e adolescentes. Aos olhos da maioria, terapia de substituição seria, por exemplo, trocar o uso de crack por maconha. A dupla em questão, no entanto, nomeia como “terapia de substituição” uma série de atividades propostas aos jovens. Ao trabalhar com crianças e adolescentes moradores de rua se vêm sem muitas alternativas para vínculo, é aí então que resolvem adotar a “terapia de substituição”, onde convidam os jovens para trocar uma tarde de uso de drogas por brincadeira e diversão. Eles os levam para uma lomba da cidade e descem um barranco de grama em cima de papelão ou vão tomar banho com eles em um rio da cidade. Muitas vezes são coisas simples, mas que movimentam as crianças e adolescentes a fazer outra coisa para além de usar drogas.

Neste momento aconteceu a escuta, o que nem sempre é possível, pois não estamos acostumados a olhar para o outro, a escutar o outro, a dialogar com o outro. Ao invés de criticar ou intervir na fala dos colegas todos ouviram atentamente ao que eles tinham a dizer.

Um exemplo da dificuldade de escutar foi quando um dos participantes solicitou a implantação da inscrição para falar. Através desta solicitação percebe-se como estamos acostumados aos moldes escolares e mesmo em espaços onde se propõe fugir destes e ir ao encontro da proposta de oficina, as pessoas tendem a se colocar num espaço de organização e controle que abafa ou praticamente acaba com o ímpeto de se expressar, de criar e de se comunicar com o outro. No seu livro, Corrêa (2006) fala de uma comunicação ligada à escolarização e que provoca essas reações.

É uma comunicação tomada como exercício físico na medida em que pressupõe o seqüestro do corpo dentro da escola e a sua transformação, por meio de um exercício constante, em alguma coisa que é modelada e

adaptável a situação de comunicação. Nessa perspectiva, as situações de comunicação exigem muito trabalho sobre o corpo, para que este se adapte a funcionar menos: ativar determinadas partes do corpo e a desativar quase que completamente outras, ativar visualmente o corpo, ativar auditivamente e oralmente: do pescoço para baixo uma imobilidade total. (CORRÊA, 2006, P. 33)

Somos treinados durante tanto tempo para essa imobilidade que sentimos certo estranhamento com propostas que vão de encontro ao que estamos acostumados. Naquela sala onde estávamos reunidos as pessoas se movimentavam, falavam juntas, levantavam para tomar café ou sair da sala, não havia imobilidade física, ao contrário, as pessoas sentiam-se felizes em estar lá e verbalizavam isto. A pedagogia jesuítica já preconizava o controle do que se exterioriza, segundo Corrêa (2006) não se diz o que quer dizer e sim o que deve ser dito e para isto os padres jesuítas passavam por um curso de preparação onde a primeira etapa consistia em dedicar-se dois anos a exercícios de esquecimento de si para seguir apenas o que a ordem jesuíta preconizava.

Percebemos que em alguns momentos no grupo houve nuances de um *esquecimento de si* de alguns participantes, eles tentaram de certa forma enquadrar o projeto em moldes mais duros e tradicionais como: ter uma liderança centralizada e não uma liderança horizontal que compõe com o grupo, como foi proposto; querer determinar o que as pessoas deveriam falar, sendo que a proposta é justamente *falar o que você acha importante dizer sobre redução de danos*; e querer estipular ordem por inscrição para falar desconsiderando os encontros advindos dos olhares que proporcionavam um diálogo belíssimo.

O clima que envolveu este segundo encontro iniciou um pouco tenso com a discussão sobre estipular ordem de inscrição para falar ou não, mas no decorrer foi se ajustando, ficando mais leve, e os momentos de “ensaio” para a segunda série foram muito produtivos. Os participantes conseguiram entender a proposta e não houve enfrentamentos ou desavenças em relação aos comentários referentes às apresentações. Os comentários sugeriram ajustes nos conteúdos, falas a serem retiradas ou acrescentadas e até mesmo em relação ao tom de voz utilizado em certos momentos das apresentações. Todos conseguiram ver realmente como sugestões e não como uma avaliação do que estavam apresentando. O encontro encerrou-se com o grupo combinando um novo “ensaio” para o próximo encontro.

Encontro III – 14 e 15 de Outubro de 2010

Deste terceiro encontro o Grupo Ítaca ofereceu sete DVDs com as gravações feitas nos dias 14 e 15 de outubro, no entanto, apenas três DVDs funcionaram. Devido a este problema no material de pesquisa a análise feita é bastante reduzida.

O terceiro encontro iniciou com uma discussão um pouco diferente, um dos participantes colocou na roda o fato de talvez não poder mais estar presente nos próximos encontros devido a questões pessoais. O grupo discutiu a necessidade de haver certeza de poder dar continuidade ao que estávamos fazendo e como este participante não conseguiria acabou deixando o projeto. Já no mesmo dia a sua companheira de dupla se juntou a outra dupla que a acolheu, formando um trio.

Foram dois dias de “ensaio”, sendo disponibilizados quarenta minutos de apresentação e trinta minutos para considerações, o que ficou mais próximo do que seria a apresentação na segunda série, uma hora de apresentação e meia hora de debates e perguntas.

Nestes dois dias o grupo já estava bastante apropriado da ideia, afinal já era o terceiro encontro. Mais pessoas estavam falando e fazendo considerações a respeito das apresentações. Foi o dia em que as estratégias educacionais propostas pelo projeto Ítaca mais fluíram. Foi apontado que alguns slides estavam muito cheios e estavam sendo lidos e foi feita a sugestão de apenas colocar tópicos nos slides para lembrar sobre o que falar. Outra questão colocada em pauta foi a utilização de recursos tecnológicos como filmagens, vídeos, slides, enfim, que necessitavam de pendrives, DVDs, computador, etc. Esses recursos ajudam na apresentação, mas podem atrapalhar caso não funcionem, então é muito importante que sejam testados previamente e que as pessoas tenham estratégias para apresentar mesmo sem utilizá-los.

Houve também uma apresentação que envolveu uma dinâmica de grupo onde todos tiveram que participar. Neste dia de ensaio a dinâmica funcionou muito bem, todos participaram e se envolveram. Após a apresentação o grupo concluiu que não seria possível esta dinâmica funcionar em um auditório com mais ou menos cento e cinquenta pessoas, que era o previsto. Foi sugerido e acabaram retirando de sua apresentação.

Os ensaios e todas as ferramentas e estratégias educacionais circularam no grupo de maneira leve, educada, respeitosa e com humor e em nenhum momento algum participante se queixou de sentir-se desrespeitado com as considerações dos colegas. O que mostrou novamente que as forças da oficina estavam operando.

O foco estava concentrado no que *precisava* ser dito e buscava-se ali a melhor maneira de fazê-lo considerando as condições que tínhamos a disposição: equipamentos, espaço, número de pessoas, as limitações e as qualidades de cada pessoa responsável por apresentar seu tema como timidez, tom de voz, maior ou menor intimidade com equipamentos tecnológicos. Todos estavam atentos escutando os colegas e queriam que as falas saíssem da melhor forma possível, afinal não havia concorrência ou avaliação de quem seria o melhor, o curso a ser apresentado na segunda série estava sendo preparado com a composição de cada um que fazia parte da primeira série do projeto.

Encontro IV – 18 de Novembro de 2010

O quarto e último encontro da primeira série do projeto Ítaca foi diferente dos encontros anteriores. Foi um encontro de apenas um dia e neste dia, 18 de novembro, a idéia inicial era o grupo “ensaiar” novamente, com menos tempo e pela última vez. No entanto este ensaio não aconteceu. Ao se encontrar, o grupo começou a falar de como foi o mês que passaram longe, a contar de como estavam os seus trabalhos em redução de danos e a conversa se estendeu por mais da metade da manhã. O fato de o encontro se moldar ao que emergiu dele mostrou mais uma vez a oficina operando. Há um planejamento, mas ele pode ser flexível desde que o grupo entenda que isso seja importante. Neste dia foi o que aconteceu. Todos já estavam preparados com os ensaios que já haviam acontecido e consideraram importantes as discussões que estavam acontecendo, não havendo necessidade de interromper para iniciar os ensaios.

Após o último encontro em outubro a composição do grupo também se modificou, três pessoas saíram e duas pessoas novas entraram para compor com outras duas que haviam ficado sem dupla, a pessoa que ficou sozinha, como já foi falado compôs um trio com uma dupla já existente. Estas mudanças não geraram

nenhum clima de desconforto ou ressentimento por parte do grupo, todos concordaram e receberam bem os novos integrantes.

Ainda na manhã do dia 18 foi apresentado o folder (figura 1) de divulgação do curso que seria dado na segunda série do projeto. As pessoas ficaram muito contentes em ver que toda a disposição de estudo e trabalho intenso nestes quatro meses estavam próximos de se concretizar em um belo curso.

Conforme dito anteriormente, neste último dia de encontro houve mudanças em relação à composição do grupo, como uma das mudanças foi feita após ter sido impresso o folder, uma das duplas saiu com um participante que não apresentou.

Redução de Danos: práticas e ferramentas – Sílvia Borges e João Carlos Sobrosa

João Carlos Sobrosa não participou do curso apresentado na segunda série, tampouco esteve presente no último encontro. Quem fez dupla com Sílvia Borges foi Elisandra Gimenez Vieira.

Já no segundo encontro foi feito um ensaio das apresentações e apresentados esboços dos títulos. Neste último encontro, após algumas alterações já estava delineado o cronograma do curso e o folder estava impresso! Mas ao compararmos os títulos iniciais com os finais, percebemos que desde o início as pessoas sabiam o que queriam dizer, em qual tema queriam basear suas apresentações, pois houve poucas mudanças, conforme mostra o quadro 1 que traz a comparação dos títulos do segundo encontro com os títulos finais.

Figura 1 - Folder de divulgação do curso de formação Redução de Danos: Ferramenta para a Atuação no Campo das Drogas



projeto Ítaca

Curso de Formação
Redução de Danos:
Ferramenta para a Atuação no
Campo das Drogas

“Se partires um dia rumo a Ítaca, / faz votos de que o caminho
seja longo, / repleto de aventuras, repleto de saber.”
K. Kavafis

Ao ingressarmos em um curso universitário temos, sem dúvida, uma compreensão sobre drogas. Com que compreensão saímos da Universidade e iniciamos a vida profissional?

A constatação de que raramente os cursos universitários dão oportunidade de pensar e produzir conhecimento sobre esse assunto animou o **Grupo Ítaca**, com o apoio da **UFSM** e do **Ministério da Saúde**, a propor um curso oferecido por trabalhadores em **Redução de Danos do Rio Grande do Sul** a partir das suas práticas relacionadas ao uso de drogas e o papel destas na vida de pessoas e comunidades.

PROGRAMA DO CURSO**Dia 19/11/2010**

das 9:00 às 18:00, no Auditório do Hotel Morotín (Centro)

MANHÃ**Apresentação do Curso e dos Formadores** - Guilherme Corrêa (UFSM/RS)**Drogas, Educação e Política** - Thiago Rodrigues (NU-SOL/ Puc SP; UFF/RJ) e Guilherme Corrêa (UFSM/RS)**TARDE****Contextualização da Redução de Danos no cenário das políticas Públicas de Saúde: histórico, atualidade e potências da RD** - Representantes Ministério da Saúde**Dia 25/03/2011**

das 9:00 às 18:00 – Audimax (auditório do CE/UFSM)

Redução de Danos: noção de drogas em movimento - Douglas Casarotto de Oliveira e Alexandra Porazzi**Redutor de Danos em Campo** - Fabio Souza e Elizandro Farias**Arteiros: crianças, jovens e usos de drogas** - Carlos Guarnieri e Éderson Edénir Ferreira**Redução de Danos: uma clínica fora de si** - Cláudia Valéria Magalhães e Moisés Romanini**Dia 31/03/2011**

das 19:00 às 22:00 – Audimax (auditório do CE/UFSM)

As Drogas como Problema no Contemporâneo I**Dia 08/04/2011**

das 9:00 às 18:00 – Audimax (auditório do CE/UFSM)

Redução de Danos: práticas e ferramentas - Sílvia Borges e João Carlos Sobrosa**Dois Máquinas: vida como falta, vida como excesso** - Guilherme Corrêa e Flávia Costa da Silva**Transpassando Fronteiras** - Osvaldo Carvalho, Gigliola Gonçalves e Felipe Bitencourt**Redução de Danos como Modo de Vida: contágio e subjetivação** - Maria Luiza Diello e Maristane Kauffmann**Dia 14/04/2011**

das 19:00 às 22:00 – Audimax (auditório do CE/UFSM)

As Drogas como Problema no Contemporâneo II**Dia 29/04/2011**

das 9:00 às 18:00 - Audimax (auditório do CE/UFSM)

Noção de Campo(s) na Redução de Danos - Elissandra Siqueira e Leonardo Kozoroski**Redução de Danos e o Direito à Saúde** - Rose Mayer, Manoel Mayer e Ricardo Charão**Círculo de Conversa: redução de danos e práticas intersetoriais****Dia 05/05/2011**

das 19:00 às 22:00 – Audimax (auditório do CE/UFSM)

As Drogas como Problema no Contemporâneo III**Carga horária: 60h - certificado pela UFSM - VAGAS LIMITADAS****Inscrições GRATUITAS**via e-mail: projetoitaca@gmail.com**Mais informações:**<http://projetoitaca.blogspot.com>**Ministério da Saúde**

Quadro 1 - Comparação dos títulos do II encontro e dos títulos finais

Títulos provisórios do II encontro	Títulos finais
<i>Por que ampliar a perspectiva de ver o assunto drogas e o uso de drogas?</i>	<i>Redução de Danos: noção de drogas em movimento</i>
<i>Redução de danos: a clínica fora de si</i>	<i>Redução de Danos: uma clínica fora de si</i>
<i>Uma noção de vida que interessa para a redução de danos</i>	<i>Duas máquinas: vida como falta, vida como excesso</i>
<i>O trabalho do redutor de danos</i>	<i>Redutor de Danos em campo</i>
<i>Arteiros: crianças, jovens e usos de drogas</i>	<i>Arteiros: crianças, jovens e usos de drogas</i>
<i>Redução de danos como modo de vida</i>	<i>Redução de Danos como modo de vida: contágio e subjetivação</i>
<i>Entre fronteiras</i>	<i>Transpassando fronteiras</i>
<i>sem título</i>	<i>Redução de Danos: práticas e ferramentas</i>
<i>O trabalho imaterial do redutor em contexto da comunidade</i>	11

¹¹ Não aparece título final, pois esta dupla se desfez por desistência de um participante que não foi substituído e a sua companheira se juntou a outra dupla.

<i>Noção de campo na redução de danos</i>	<i>Noção de Campo(s) na Redução de Danos</i>
<i>Direito a saúde</i>	<i>Redução de Danos e direito à saúde</i>

O momento de apresentação do folder instigou muitos participantes a falar sobre o sentimento de fazer parte do Projeto Ítaca. O sentimento geral foi de uma sensação de acolhimento e respaldo de suas práticas em redução de danos, todos estavam gratos e queriam expressar isto.

Uma das participantes contou que seu trabalho era com pessoas que moravam na área rural de sua cidade e que no último mês havia se perguntado várias vezes se o que ela estava fazendo realmente tinha sintonia com a redução de danos. Disse que esteve bastante envolvida com a organização de plenárias com o poder público para que a população conseguisse ter acesso ao transporte público para poder ir até os serviços de saúde que ficam na área urbana. Referiu que ao parar para pensar em tudo o que foi discutido nos últimos encontros se deu conta que ajudar no acesso à saúde é sim trabalhar com a perspectiva de redução de danos e que a noção que ela tinha se ampliou ainda mais. Muitos participantes concordaram com ela, afinal trabalhar com RD dentro de um CAPS, por exemplo, é muito diferente da prática tradicional que exige que os redutores de danos vão até os usuários e os acessem em seus territórios. No CAPS os usuários acessam o serviço e o acolhimento e o plano terapêutico singular são norteados pelo viés da RD, visto que o Ministério da Saúde preconiza isso. Um participante que trabalha em um CAPS AD falou da dificuldade de trabalhar por este viés, já que os demais serviços da rede não compartilham desta forma de abordagem e, inclusive criticam o serviço por isto.

O clima de alegria e descontração tomou conta deste encontro. A sala não era a mesma dos outros meses, era maior e mais clara, mas as pessoas seguiram a mesma organização das cadeiras dispostas em “U”, de maneira que sentassem um ao lado do outro. Neste encontro todos falaram, mesmo os que permaneceram

calados até então desta vez sentiram-se convocados e talvez com propriedade para falar. Ao analisar as filmagens percebi que um ponto que talvez tenha contribuído na impulsão dos mais quietinhos foi que neste dia algumas pessoas não estiveram presentes e foram as mesmas pessoas que nos outros meses mostraram que não se sentiam apenas participantes, se sentiam responsáveis pela composição do projeto e de certa forma queriam ocupar este lugar de responsabilidade. Estas pessoas acabavam questionando a metodologia do projeto e queriam, muitas vezes, enquadrar o projeto em moldes mais fechados, conforme citado anteriormente. Talvez o clima gerado com estas colocações remetia a um não saber fazer, ou a um não dar conta ou não estar apropriado a falar neste espaço onde havia pessoas que, em certos momentos, se colocavam como detentoras do saber, não de forma a querer agredir ninguém, mas por estarem acostumados a ocupar lugares de responsabilidade por projetos, cursos, encontros. Não que fosse necessário ter esta postura ao responsabilizar-se por um evento, afinal o grupo coordenador do projeto Ítaca estava a todo momento tentando escapar deste lugar de quem transmite o saber. O projeto Ítaca deveria ser um processo de aprendizagem, não de ensino/aprendizagem e houve um cuidado muito grande para não deixá-lo cair no hábito da educação.

O projeto tinha uma proposta e havia um cuidado muito sério para não fugir da metodologia apresentada, e justamente por não fugir desta proposta que o projeto pôde ser delineado junto com os participantes, para que tivesse um pouco a cara de cada uma das vinte e duas pessoas que participaram da primeira série e ajudaram a compor o curso da segunda série.

“*O Ítaca me revigora*”¹² foi uma frase dita por um dos participantes e compartilhada por outros. Em vias de encerrar a primeira série do projeto ouvir esta frase e ouvir enfim um reconhecimento da metodologia do projeto trouxe alegria à equipe coordenadora, afinal, a partir daquele dia vinte e duas pessoas estavam sendo certificadas pela Universidade Federal de Santa Maria como “Educadores em Redução de Danos”. Um projeto pioneiro que poderia não ter saído como o esperado, a proposta foi oferecida no primeiro encontro e todos estavam livres para não aceitar e retirar-se, mas não foi o que aconteceu, com algumas exceções, o grupo apostou na idéia e seguiu até o fim.

¹² Fala retirada das gravações feitas no quarto encontro da 1ª série do Projeto Ítaca no dia 18 de novembro de 2010.

Para encerrar o quarto e último encontro, na parte da tarde estive com o grupo o professor da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro (UFF-RJ) Thiago Rodrigues que é pesquisador na área de Relações Internacionais e Ciência Política e trabalha com questões como Conflito, Guerra e Paz, atuando em temas como narcotráfico. O grupo pôde conversar e discutir sobre as questões de estudo dele, mas para, além disso, Thiago fez uma explanação sobre como temos que pensar e estruturar muito bem o que apresentamos, pois a maneira como falamos faz toda a diferença para entendimento de quem nos escuta. Tratou também sobre a importância de observar o público através de uma avaliação visual e conhecer para quem você está falando, pois públicos diferentes às vezes necessitam estratégias diferentes de apresentação do mesmo assunto. Thiago afirmou que aprendeu isso, pois já falou para muitos públicos diferentes e que não adianta querer impor a sua perspectiva em relação a um assunto e querer que as pessoas aceitem, pois assim já se acaba com o diálogo “de cara”, principalmente em relação a um assunto tão polêmico como o das drogas.

Ele contou uma história que ilustrou um pouco este cuidado que devemos ter: *“certa vez caí em uma arapuca danada, fui falar num lugar que só tinha um monte de velhinhas e fui falar sobre política de drogas e o auditório não me pareceu favorável. Cheguei ali no lugar e tinha lá uns caras com cara de delegado e aí assim foi minha primeira avaliação visual da audiência. E assim, os comentários do início eram na maioria sobre o flagelo das drogas. Aí eu comecei assim a fala, na hora bolei lá... A violência relacionada às drogas, ao narcotráfico tá muito grande nos centros urbanos principalmente, e as velhinhas concordavam, diziam realmente é um absurdo, tava todo mundo achando um absurdo. Aí eu disse, vou contar então um pouco pra vocês como isso aí se formou. Tem uma história e vamos ver um pouquinho. Aí fui voltando, fiz mais ou menos a fala que eu tinha planejado, mas começando desse outro jeito. No final tava um monte de velhinhas achando realmente que o proibicionismo não sei o que... E isso aí não foi uma tática minha malandra de quem tá seduzindo as velhinhas, não foi uma coisa mal intencionada, mas foi só um jeito de não fechar a audiência, porque se eu chegasse ali e começasse a dizer o seguinte, que o proibicionismo é uma tática que articula várias formas de controle social, de intervenção sobre o comportamento, as pessoas iam falar, mas esse cara é um maconheiro.[...] Porque no final das contas o que era o mote da história ainda nessa linha da violência, olha, há violência ligada ao*

*narcotráfico? Há! Certo!? Há, é inegável, e é grande. Há pessoas que usam substâncias ilícitas e que involuntariamente se dão mal por causa disso? Existe! Agora se vocês se surpreendem, se incomodam com isso, então você tem que ser contra o proibicionismo. Agora pra chegar nessa frase...Se eu falo isso de cara sou apologista das drogas”!*¹³

Essa fala do professor da UFF-RJ referente ao proibicionismo e como ele precisou abordar a mesma fala de diferentes maneiras, dependendo do público a quem se fala foi ao encontro das estratégias educacionais que trabalhamos em todos os encontros desta primeira série. Se a proposta foi formar Educadores em Redução de Danos que falassem sobre o que eles consideravam importante e que estivesse relacionado às suas práticas de trabalho e de vida em relação à redução de danos e à questão das drogas, sempre tão polêmica, o grande ponto do curso que os certificaria como Educadores foi trabalhar a questão de como apresentar esses temas.

Foi com a presença do professor Thiago Rodrigues que na tarde do dia dezoito de novembro encerrou-se a primeira série do projeto Ítaca.

Faz votos de que o caminho seja longo

E o percorrido até aqui foi. Foi longo, foi intenso, foi desafiador, foi marcante. O grupo Ítaca resolveu trilhar um caminho único, nunca antes percorrido, convidou alguns parceiros e estes aceitaram a aventura.

A palavra convite circulou no primeiro encontro. Explicávamos sobre o projeto ao grupo que se encontrava naquela sala pequena em uma manhã fria de agosto em Santa Maria, e reiterávamos que todos eram convidados a estar lá. Apenas convidados não, eram especialmente convidados. Dentre todos os redutores de danos do estado do Rio Grande do Sul eles foram os escolhidos. Não apenas por serem redutores por profissão e devidamente institucionalizados, ou com um currículo que comprovasse tal função. Foram escolhidos por suas trajetórias, pelos caminhos até então percorridos ou que gostariam ainda percorrer.

¹³ Fala retirada das gravações feitas no quarto encontro da 1ª série do Projeto Ítaca no dia 18 de novembro de 2010.

Foi esta escolha tão refinada, encabeçada por Flávia, que deu tanta beleza à primeira série do projeto Ítaca. Um grupo tão eclético, mas ao mesmo tempo coeso. Em alguns momentos o diálogo era impossível, a dificuldade de escutar era gritante, em outros era linda a generosidade de acolher a fala do colega.

Durante os encontros houve pessoas lutando com seu ímpeto de responsabilizar-se pela organização e deliberação do projeto, outros lutaram contra a extrema timidez. Alguns lutaram contra a saudade que batia no intervalo de cada encontro, era quase um mês de espera para estar no coração do Rio Grande em uma sala pequena, durante dois dias, por quase (ou às vezes mais) nove horas por dia falando sobre temas pulsantes. Lá naquela sala não tinha certo ou errado. Unanimidade? Às vezes. O importante era dizer o que era visceral. Não havia avaliação para o que era dito. Até mesmo os questionamentos sobre a metodologia do projeto eram importantes, pois eles faziam emergir a potência de se trabalhar nos moldes de oficina, onde não há transmissão de saberes e sim compartilhamento de saberes.

Afinal, “o que eu preciso dizer sobre redução de danos?”

A resposta de cada educador aparece única, inventiva, pulsante na segunda série do projeto Ítaca.

EDUCAR SEM ENSINAR

No Rio Grande do Sul e na maioria dos estados brasileiros, a ação pedagógica sobre drogas é feita, predominantemente, pela Brigada Militar e pela Polícia Federal, sendo fundamentada na noção proibicionista de drogas, isto é, um trabalho pedagógico junto a crianças e jovens marcado pelo ensinamento de que se deve ter medo das drogas e que quem as usa deve ser punido. É essa lógica que predomina também nos cursos universitários, pois as instituições de ensino têm se eximido de suas responsabilidades frente à complexidade da temática e de seu papel formativo.

Corrêa (2002) em seu artigo “Escola-Droga” mostra como funciona a ação pedagógica sobre drogas nas escolas e como não está delineada para uma educação sobre drogas, mas sim num ajustamento do aluno como bom cidadão que não usa drogas e é incentivado, inclusive, a delação dos que usam.

Segundo Oliveira (2009) a escola normalmente é convocada a atuar de forma a ajudar os jovens a não entrarem em contato com as drogas. Sem desconsiderar que esse é um objetivo importante, mas ciente de sua impossibilidade frente aos diferentes atravessamentos que levam o jovem a entrar em contato com elas, há para a educação um espaço a ser legitimado que, potencialmente, possa levar as pessoas a construir uma relação com o assunto que não seja de medo, e que, no caso de entrarem em contato com as drogas, possam ter algo a pensar sobre si e seu uso. A educação proibicionista sobre drogas desconsidera que parte dos jovens inseridos na escola ou na universidade faz uso de drogas.

Oliveira diz ainda:

Imersos em uma sociedade onde o discurso proibicionista acerca das drogas é imperativo, sequer somos convidados a pensar nelas: O que são, por que são usadas, quais as suas histórias, que tipos de usos comportam? Não se pode falar muito no assunto, pois os alunos podem se interessar em experimentá-las (discurso nas escolas), ou os usuários em abstinência podem “recair” (discurso em serviços de saúde). (2009, p.33)

Silva (2010) reforça que seria importante uma educação a partir de uma nova noção, uma educação sobre drogas não fixada nos slogans proibicionistas, tampouco na composição e efeito de cada substância. Esta nova noção levaria em conta os efeitos dos encontros com as drogas na vida de cada pessoa, os aspectos

culturais e ritualísticos do uso de drogas e também o considerável potencial para uma relação de dependência que determinados modos de viver oferecem. Uma educação sobre drogas centrada no pensamento afirmativo da vida voltaria seu olhar e suas forças para a vida das pessoas.

A oferta do curso da segunda série do projeto tentou suprir a quase completa ausência de preocupação dos cursos universitários quanto à questão das drogas, sua complexidade e o cuidado de pessoas expostas à rede de narcotráfico.

No dia dezanove de novembro de dois mil e dez teve início a segunda série do projeto Ítaca e o curso de formação *Redução de Danos: Ferramenta para a Atuação no Campo das Drogas*. Além do dia dezanove de novembro o curso teve mais seis encontros que aconteceram de março até maio de dois mil e onze. Sendo que três encontros foram diurnos nas sextas-feiras com duração de oito horas e três formam no turno da noite às quintas-feiras com duração de três horas.

Essa série do projeto foi destinada a, principalmente, estudantes universitários de áreas tais como saúde, comunicação social, direito e licenciaturas, mas foi aberta também a profissionais da área da saúde, da assistência, do judiciário e demais interessados.

O curso teve como principal público estudantes universitários, já que, havia uma questão norteadora do grupo Ítaca: *Ao ingressarmos em um curso universitário temos, sem dúvida, uma compreensão sobre drogas. Com que compreensão saímos da Universidade e iniciamos a vida profissional?*

Foi pensando nesta questão que se decidiu o público alvo, afinal são os estudantes das áreas citadas que irão trabalhar direta ou indiretamente com o tema drogas ou com pessoas que usam drogas. A constatação de que raramente os cursos universitários proporcionam a possibilidade de pensar e produzir conhecimento sobre o assunto potencializou a vontade do grupo de promover o curso que foi todo estruturado com os redutores de danos do estado durante os quatro encontros da primeira série do projeto Ítaca conforme apresentado no capítulo anterior. A segunda série ofereceu a chance dos redutores atuarem como educadores dentro de uma universidade sem a necessidade de ensinar, o curso foi pautado no compartilhamento de saberes.

Este capítulo tem como base para análise dezanove DVDs, com um total de trinta e cinco horas de filmagens da segunda série do projeto. Algumas informações estão disponíveis também no folder de divulgação (Figura 1) e no blog

<http://projetoitaca.blogspot.com.br/> criado para levar ao público informações sobre o curso.

No decorrer do capítulo foi feita referência aos nomes dos educadores do curso, pois a decisão do grupo foi que o material filmado da segunda série fosse divulgado na íntegra¹⁴. Além desse acordo do grupo o curso foi público, aberto a quem quisesse assistir, mesmo quem não pôde se inscrever teve a possibilidade de assistir pela internet, já que o curso inteiro foi transmitido ao vivo pela Multiweb¹⁵ da Universidade Federal de Santa Maria.

Só o curso da segunda série poderia ser uma dissertação, no entanto, eu quis contemplá-lo dentro de uma dissertação que apresentou também toda a primeira série do projeto. Essa quantidade imensa de informação e material fez com que eu delimitasse algumas coisas ao apresentar o curso.

Em relação à abertura do curso que ocorreu no dia dezanove de novembro foi apresentado um pouco das falas dos convidados e da interação com o público. Quanto aos três encontros de oito horas, nos quais os educadores se apresentaram, não expus as falas minuciosamente com detalhes, apenas comentei brevemente e analisei pontos como a utilização de materiais tecnológicos, visto que o cuidado com isso foi bastante trabalhado durante a formação dos educadores. Sobre os três encontros que ocorreram nas quintas-feiras à noite com duração de três horas, que eram chamados de “*As Drogas Como Problema no Contemporâneo I, II e III*”, apenas anunciei o que foi apresentado.

É potente, é possível!

O burburinho era grande, uma fila enorme tomava conta do corredor que dava acesso ao salão principal do Hotel Morotin, localizado no centro da cidade, todos queriam fazer sua inscrição. Ao sinal de negativas à participação por não ter mais espaço, as pessoas ficaram chateadas, algumas esbravejaram e culparam a organização por não poderem participar. O fato foi que o curso ofereceu cento e

¹⁴ Este acordo foi feito no dia 13 de maio de 2011, conforme gravações deste dia.

¹⁵ A Multiweb é um canal de eventos junto a UFSM que realiza a transmissão digital via internet ao vivo dos eventos.

cinquenta vagas, na pré-inscrição via e-mail mais de trezentas se cadastraram, ou seja, os primeiros cento e cinquenta a chegar entraram, mas mais da metade não conseguiu entrar. Qual seria o motivo de tanto interesse em participar? O certificado emitido pela Universidade Federal de Santa Maria? Interesse sobre o tema? Curiosidade? Estas repostas só vieram com o decorrer do curso.

O salão estava lotado, pessoas solicitaram assistir mesmo que em pé e assim o fizeram. A abertura foi feita pelo professor Guilherme Corrêa, juntamente com a professora e diretora do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria Helenise Sangoi Antunes. Em seguida foi feita uma mesa com o professor Guilherme e com o professor da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, Thiago Rodrigues.

Thiago fez uma retrospectiva de momentos históricos da proibição de diversas drogas, assunto que já foi abordado de forma semelhante no segundo capítulo. Já Guilherme trouxe a questão das drogas relacionada à educação. Contou que conheceu Thiago enquanto ambos faziam doutorado na PUC em São Paulo. Thiago já pesquisava questões relacionadas a drogas e ao narcotráfico e questionou Guilherme sobre como esta questão era abordada na educação. Guilherme disse que enrolou na resposta, pois não sabia muito bem sobre. Esse foi o ponto propulsor do seu interesse em pesquisar esse assunto, segundo ele o ponto em que foi “mordido” pela questão. Contou que quando entrou de férias voltou para a cidade onde morava, Florianópolis em Santa Catarina, e foi até a Secretaria de educação da cidade e pediu todo o material sobre drogas que era distribuído a alunos e professores, fosse material informativo ou de educação permanente. Guilherme contou que saiu de lá com oito quilos de material.

Começou a olhar todo aquele material e para isso se fez um pergunta prévia: “*o que era droga para aquele material?*” Viu que droga era sempre algo que fazia mal e que era tratado cientificamente. O conteúdo científico do discurso sobre drogas naquele material girava em torno do nome da droga, qual o efeito no organismo e o que acontecia no limite do uso. E nesse limite a morte sempre acontecia após varias desgraças e sofrimento. Após ler o material disse que ficou se perguntando qual o motivo de proibirem as drogas. Quando se refere às drogas, se refere à cocaína e maconha, naquela época crack não existia, mas seria como que hoje maconha, cocaína e crack. Essas drogas que movimentam toda esta maquinaria que é a proibição ao uso de drogas. Como Guilherme diz em sua fala,

“afinal então droga é uma coisa que no limite mata. Então, as drogas devem ser proibidas porque matam. Eu entendi então, em seguida, que é verdade, a gente não pode dizer que no limite elas não levam a morte, mas a pergunta é: o que é que não leva? Vocês sabem muito bem que há pessoas com alergia a aspirina, alergia a novalgina... Elas morrem se tomarem novalgina. Alergia a farinha de trigo, glúten?! Se elas continuarem o uso por muito tempo não vão ficar bem. Camarão então, tem gente que come um camarãozinho e começa a sufocar e se não atenderem logo ele morre. E aí no mais, por exemplo se eu tomo um café às cinco horas da tarde, um café expresso, eu posso ficar preparado para ler a noite inteira ou ir para uma festa, fazer qualquer coisa, pois não vou dormir. Agora tu já não né?! [referindo-se a Thiago Rodrigues que estava compondo a mesa] Ele toma antes de deitar e ele dorme.[...] Eu comecei a perceber que em relação as drogas, existe uma coisa que é um encontro único entre cada corpo e uma substância.[...] Começa a aparecer um campo aí que é o de cada um começar a perceber que encontro produz no uso de cada substância. [...] Às drogas, geralmente são encaradas como aquilo que altera as funções normais do organismo e a percepção da realidade, agora tem uma coisa, qualquer apaixonado sabe o que é alterar as funções do organismo quando encontra ‘a pessoa’. Então, assim, aquilo que se fala naquele material todo sobre cientificamente o que são as drogas, quais são seus efeitos e até onde vai, você pode falar praticamente sobre qualquer substância que existe no mundo. Naqueles termos você pode falar até de água.”¹⁶

Enquanto Guilherme falou, o público ouviu em silêncio. Alguns se remexeram nas cadeiras, outros acenaram afirmativamente com a cabeça, outros estavam atentos, sem nem piscar, estavam com o semblante um pouco assustado, mas não deu para saber se foi em função do que Guilherme disse sobre a noção de drogas ou se foi por até aquele momento nunca ter pensado daquela maneira sobre esse assunto.

Foi o início do curso e as falas de Thiago Rodrigues e Guilherme Corrêa deram o tom de que o curso veio para romper com os slogans proibicionistas que circulam na vida das pessoas através dos meios de comunicação e da intervenção de pessoas que se dizem especialistas no assunto sobre drogas e seus usos.

¹⁶ Fala retirada das gravações feitas na abertura da 2ª série do Projeto Ítaca no dia 19 de novembro de 2010.

Quando foi aberto o espaço para debate, cinco pessoas pediram a palavra, mas nenhuma para fazer algum questionamento, todas queriam compartilhar o contentamento em ouvir as falas e dizer que compartilhavam com as ideias lançadas pelos dois palestrantes.

A tarde iniciou com a apresentação de como foi construído o curso. Guilherme falou do processo vivido na primeira série do projeto Ítaca. Após isso, cada dupla e trio que fizeram parte da primeira série foram chamados, apresentados ao público e anunciados os títulos de suas falas no curso.

A sequência da tarde veio com a fala de uma representante do Ministério da Saúde, que trabalha na coordenação nacional de DST/AIDS e Hepatites virais e que já trabalhou na coordenação estadual da redução de danos do Rio Grande do Sul e também no programa de redução de danos de Porto Alegre. Ela fez uma retomada dos movimentos da redução de danos desde que iniciou no país e terminou apontando que a redução de danos é cercada de muita polêmica, de pessoas que dizem ser contra ou a favor e que *“Já não se trata mais de gostar ou não gostar, o fato é que é uma norma, é uma política, está estabelecido que a diretriz de trabalho no âmbito do Sistema Único de Saúde, principalmente nas políticas de DST/AIDS, hepatites e saúde mental é a diretriz de redução de danos.”*¹⁷ Essa fala foi importante, pois ainda não é claro para profissionais que já atuam e muito menos para os estudantes que ali estavam, que a RD é uma diretriz. Então quando alguém do Ministério da Saúde afirma isto, há, já de início, um respaldo e credibilidade para um curso com este tema. Para, além disso, ela falou claramente da expectativa do Ministério da Saúde em relação ao curso e que não o financiaria se não acreditasse na potencialidade do Ítaca.

Após a fala houve uma breve discussão devido a ter muita fala paralela entre as pessoas e alguns sentirem-se incomodados. Foi feito então um “contrato” de ser utilizado o espaço de debates para as pessoas da platéia falarem. E elas falaram. O primeiro questionamento foi referente às verbas para a redução de danos, a representante do Ministério da Saúde falou um pouco sobre a política e explicou que a parte orçamentária ela desconhecia, no entanto, o próprio projeto Ítaca é um investimento nesta política. Após isso uma das pessoas envolvidas na coordenação do projeto pediu que esse assunto se encerrasse, pois não cabia aquela discussão

¹⁷ Fala retirada das gravações feitas na abertura da 2ª série do Projeto Ítaca no dia 19 de novembro de 2010.

naquele espaço, o que gerou mais discussão. Outra participante pediu licença para dizer que considerava importante conversarmos sobre verba e gestão sim, pois a realidade dos serviços em geral é muito precária e os trabalhadores precisam conhecer mais sobre gestão orçamentária. O debate seguiu e foi dito que temos em relação aos serviços uma expectativa de um ideal, no entanto, temos o real, que é o possível. Temos que, dentro do real, fazer o nosso melhor, pois nem sempre a qualidade do trabalho vai depender apenas da estrutura física e material. Na maioria das vezes vai depender muito mais dos profissionais que atuam nestes serviços com ética e qualidade.

O clima do debate foi “quente”, alguns participantes, para além das questões de gestão, mostraram uma ansiedade em saber uma “receita” para lidar com as pessoas que usam álcool e/ou drogas, queriam respostas. Os educadores em redução de danos, mesmo não estando à mesa, já começaram a atuar. Entraram nas discussões, principalmente nesse tema, dizendo que é necessário segurar a ansiedade, que eles, na profissão de redutor inventam práticas diárias de cuidado e intervenção e que se forem movidos pelo imediatismo não alcançaram nada, sequer o vínculo com o usuário.

As pessoas assistiram compenetradas às falas do debate, todos quiseram ouvir mais. Com esta sensação de querer saber mais se encerrou o primeiro dia do curso de formação *Redução de Danos: Ferramenta para a Atuação no Campo das Drogas*.

Redução de danos potencializando as práticas

Diferente do primeiro dia do curso que aconteceu em um auditório de um hotel e todos ficaram sentados com as cadeiras coladas para caber o máximo de pessoas possível, esse foi em um auditório da Universidade Federal de Santa Maria, um auditório amplo, onde cabiam trezentas e cinquenta pessoas. Não foi o auditório anunciado no folder de divulgação. Essa troca aconteceu neste dia porque muitas pessoas solicitaram participar do curso. A sensação que ficou foi de esvaziamento, pois sobraram muitos lugares vagos, já que foram umas cento e cinquenta pessoas.

Era uma sexta-feira e o encontro aconteceu durante a manhã e tarde. As apresentações iniciaram com a fala *Redução de Danos: noção de drogas em movimento*, apresentada por mim, Alexandra Porazzi e por Douglas Casarotto de Oliveira. A nossa fala, em coerência com o título, trouxe os movimentos de nossas vidas que também movimentaram nossa noção sobre drogas e seus usos. Durante as falas contamos como fizemos nossos movimentos de pensamento e como a redução de danos aparece como um viés possível. Não houve nenhum problema com o *data show* ou com o vídeo utilizado.

Redutor de Danos em campo de Fábio Souza e Elizandro Farias foi a fala que deu sequência na parte da manhã. Os dois contaram sobre como são seus trabalhos em redução de danos. Elizandro trouxe, inclusive, um vídeo de atuação no campo, que mostra o trabalho dele sendo feito. Esse vídeo estava com o áudio ruim e quem assistiu pouco conseguiu entender os diálogos. Os dois trouxeram também outro vídeo que possuía legenda das falas, no entanto, só conseguiram reproduzir um pedaço, pois ele travou antes de terminar. Mesmo com esses contratemplos a fala deles foi coerente com o título apresentado e recebeu bastantes elogios durante o debate.

Na parte da tarde Carlos Guarnieri e Éderson Edénir Ferreira trouxeram a fala *Arteiros: crianças, jovens e usos de drogas*. Carlos e Éderson trabalham com crianças e jovens que usam álcool ou outras drogas e contaram um pouco de como é o trabalho deles, já que o assunto drogas é tão polêmico e quando envolve menores de idade é mais ainda. De recursos tecnológicos utilizaram apenas o *data show* e não tiveram nenhum problema com ele.

A segunda dupla a se apresentar na parte da tarde foi Cláudia Valéria Magalhães e Moisés Romanini, com a fala *Redução de Danos: uma clínica fora de si*. A apresentação iniciou com trechos do filme “Bicho de sete cabeças”, os quais foram disparadores de várias questões abordadas pela dupla. Com suas falas, Moisés e Cláudia tentaram mostrar as diferenças de uma “clínica tradicional” norteadada pelo proibicionismo e tendo a abstinência como única forma de tratamento, da clínica norteadada pela redução de danos. Essa última amplia as possibilidades, desvia do viés moralizante, amplia a visão em relação ao usuário, não sendo ela fechada, por exemplo, para a possibilidade/necessidade de abstinência.

A dupla não teve nenhum problema com o *data show*, a apresentação ocorreu de maneira tranquila.

Com essa dupla encerrando sua apresentação terminou o primeiro dia de apresentação dos educadores em redução de danos formados pelo projeto Ítaca. E essa denominação de Educadores coube a eles (nós). Verdadeiros educadores falando sobre esse tema tão pulsante e que movimentou cada um para uma apresentação cuidadosa, tratada com muito carinho e principalmente deixando sempre claro que estavam ali para falar do que eles conheciam de redução de danos e que não era, necessariamente, o que os demais sabiam.

A sincronia entre as duplas foi tanta que no debate da primeira apresentação uma ouvinte fez uma pergunta. Tentou-se responder sinteticamente e foi anunciado que a fala da dupla que viria em seguida daria conta de responder melhor ao questionamento, e foi o que aconteceu. Afinal, movimentar o pensamento em relação às drogas e seus usos e conhecer a RD fazem com que possamos construir práticas em redução de danos, que geralmente são em campo, no território do usuário. Este usuário pode ser criança, jovem, mas essa *clínica fora de si*, que é a redução de danos também pode ser adaptada para eles. Essas duas últimas frases mostraram de forma resumida a coerência entre os temas apresentados.

Viver é sentir, é trocar

Diferente do dia vinte e cinco de março, que foi uma sexta-feira e foi utilizado o dia todo de curso, este dia, uma quinta-feira, teve duração de três horas (das dezenove horas às vinte e duas horas). Diferiu também porque nessa noite nenhum educador se apresentou, foi passado um filme e ao término desse, foi aberto um espaço para debate.

A partir desse dia o curso seria sempre no Audimax, auditório do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, conforme anunciado no folder de divulgação. Lá cabiam cento e vinte pessoas. Acreditávamos que neste dia não haveria um público muito grande. Engano nosso, poucas cadeiras ficaram vazias.

Era março e ainda fazia calor em Santa Maria, Flávia questionou o público se queriam ou não ligar o ar condicionado que era bastante barulhento. As pessoas ficaram indecisas, alguns queriam, outros não. Ligamos, mas em seguida foi

solicitado para que desligássemos e apenas abríssimos as persianas e as janelas. O silêncio tomou conta.

Iniciou-se o filme *Impulsividade* do diretor Mike Mills, que tem a seguinte sinopse:

“Conheça Justin Cobb (Lou Pucci), um adolescente que ainda chupa o dedo. Convencido de que o hábito cria um grande aborrecimento em sua casa, vida amorosa e escolar, ele concorda em deixar seu ortodontista (Keanu Reeves) tentar acabar com seu vício através de hipnose. Justin começa a experimentar com remédios, maconha e sexo uma forma alternativa para superar suas ansiedades e se tornar “normal”, sem perceber que normal é apenas um estado de espírito.”

Figura 2 - Capa do DVD do filme impulsividade



Após o filme o debate durou em torno de uma hora. As mais de cem pessoas falaram como se estivessem em uma roda pequena de conversa. Muitos disseram que o filme realmente lhes tocou. Uma participante disse: *“Eu saio deste encontro*

hoje com a mesma sensação que saí na sexta-feira (referindo-se ao encontro anterior) [Guilherme pergunta: foi boa?] *Maravilhosa! [...] O que o filme fez a gente sentir ao longo desta noite que a gente teve aqui, o que a gente viu os redutores de danos dizendo, explicando, contando como fazem os redutores de danos, é que da pra gente a sensação de que viver é sentir, é trocar.*¹⁸

Essa fala de um dos participantes demonstrou que o curso, mesmo que no início, estava fazendo sentido para quem o assistia e que havia uma coerência entre as apresentações e até mesmo com o filme.

Quando marcou dez horas, as pessoas ainda estavam lá sentadas ouvindo e conversando, poucas haviam ido embora, foi então que o professor Guilherme, que estava coordenando o debate, o encerrou.

Ferramentas para compor práticas em redução de danos

Mais um encontro se iniciou, foi o quarto do curso, mas o segundo com fala dos educadores em redução de danos. O auditório novamente estava cheio.

As primeiras a se apresentar foram Sílvia Borges e Elisandra Gimenez Vieira com a fala *Redução de Danos: práticas e ferramentas*. Em total consonância com o título, a apresentação trouxe a prática das duas em redução de danos, baseada nas leis, portarias, bibliografias recomendadas, mas principalmente baseadas na ética. Utilizaram *data show* com tópicos sobre o assunto discutido e não tiveram problemas técnicos.

Após a fala delas aconteceu a apresentação *Duas máquinas: vida como falta, vida como excesso* de Guilherme Corrêa e Flávia Costa da Silva. Eles falaram dessas duas perspectivas, desses dois vieses, e que, muitas vezes somos influenciados a ter em relação à vida e a tudo que nos cerca e como a noção de drogas e redução de danos pode ser vista a partir deles. A dupla não utilizou slides no *data show*, apenas passou o clipe da música “Gente” de Caetano Veloso, que estava com o som muito bom e possuía legenda da letra.

¹⁸ Fala retirada das gravações feitas do curso da 2ª série do Projeto Ítaca no dia 31 de março de 2011.

Na parte da tarde Osvaldo Carvalho, Gigliola Gonçalves e Filipe Bitencourt trouxeram a fala *Transpassando fronteiras*. Eles contaram um pouco de suas experiências de trabalho com redução de danos e como eles transpassam fronteiras, Felipe por atuar em Santana do Livramento, que faz divisa com Rivera no Uruguai; Gigliola por atuar nas áreas rurais de Pelotas e Osvaldo por atuar em três cidades diferentes, Porto Alegre, Canoas e Gravataí. Durante a apresentação aconteceram alguns problemas técnicos, o que provocou falta de dinâmica nas falas. Em um dos vídeos passados por eles o áudio estava bastante ruim e foi difícil compreender as falas. Outro problema que aconteceu foi com a apresentação de slides, primeiro não foi possível passá-los em tela cheia na forma de apresentação de slides, eles ficaram com os demais slides aparecendo no lado esquerdo; em segundo lugar as cores muito escuras das letras, com um fundo preto eram ilegíveis. A cada slide que foi aberto a pessoa que estava ajudando o trio a abrir tinha que selecionar tudo e mudar as letras para a cor branca, o que acabou tomando bastante tempo e tornou a apresentação mais morosa, pois o trio parava de falar a cada vez que isso foi feito. O público foi muito paciente e educado, permaneceram prestando atenção e esperaram até o final para ouvir o que o trio havia trazido para apresentar.

Para encerrar o dia, *Redução de Danos como modo de vida: contágio e subjetivação*, apresentado por Maria Luiza Diello e Maristane Kauffmann. Elas contaram como a redução de danos afetou as suas vidas e as contagiou. Falaram um pouco de suas práticas e também da linha de pensamento de alguns autores (filósofos) com os quais, na opinião delas, as práticas de redução de danos tem muita familiaridade.

A dupla quis encerrar a apresentação com um vídeo, no entanto não o trouxeram salvo e tentaram baixá-lo através da internet do auditório, o que não foi possível, pois estava muito lenta e não o carregou. Encerraram sem passar o vídeo. Com os slides no *data show* não tiveram problemas.

Esse encontro possuiu falas belas e coesas, mas foi nele também que vimos a importância do cuidado com tudo que envolve uma apresentação. Alguns problemas técnicos podem tirar um pouco do foco e da atenção do público a uma apresentação. Conforme foi muitas vezes lembrado na primeira série do projeto é importante testarmos tudo antes e além de testar devemos estar preparados, pois caso nada funcione, ainda assim, devemos dar conta de nos apresentarmos. As

duplas e trio conseguiram contornar as situações adversas e fizeram as falas mesmo com os problemas que surgiram.

A questão do uso de ferramentas para compor práticas em redução de danos e, geralmente, ferramentas distintas foi um assunto que transcorreu por todas as falas. De certa forma todos falaram de ferramentas que se utilizam para suas práticas em redução de danos e para suas vidas também.

Cortina de fumaça

Esta foi mais uma noite de quinta-feira do curso. Novamente poucas cadeiras ficaram vazias, mas havia menos gente que na última quinta-feira.

Nessa noite foi reproduzido o documentário *Cortina de fumaça*, dirigido por Rodrigo Mac Niven.

Sinopse: “O filme coloca em discussão a política de drogas vigente no mundo, dando atenção às suas conseqüências político-sociais em países como o Brasil e em particular na cidade do Rio de Janeiro. Através de entrevistas nacionais e internacionais com médicos, pesquisadores, advogados, líderes, policiais e representantes de movimentos civis, traz uma nova visão neste início do século 21 que rompe o silêncio e questiona o discurso proibicionista. Um documentário sobre um tema tão polêmico que precisa ser debatido de uma forma honesta.”

O debate iniciou com muitas pessoas falando, apesar de quase metade do público ir embora após a exibição do documentário. Ainda assim o número de pessoas presentes foi considerável e participaram bastante. Flávia, que estava coordenando o debate, teve que encerrá-lo, pois já durava mais de uma hora e havíamos passados das dez horas, horário de fechamento do auditório.

É coerente!

Este era o sexto dia de curso e o terceiro com apresentações dos educadores. O auditório estava lotado como nos dias anteriores e na parte da manhã a fala *Noção de Campo(s) na Redução de Danos* de Elissandra Siqueira e Leonardo Kozoroski deu início às apresentações. De acordo com o que o título anunciou, a dupla trabalhou a questão de noções de campo, movimentando a discussão para pensarmos em campo para além do território do usuário. Para isso utilizaram as falas dos próprios colegas educadores, tanto da primeira série quanto da segunda série. Eles utilizaram *data show* para passar slides e também passaram um vídeo que tinha imagem e áudio muito bons.

A última apresentação de educadores seria feita pelo trio Rose Mayer, Manoel Mayer e Ricardo Charão, com a fala intitulada *Redução de Danos e direito à saúde*, no entanto Manoel não pode vir e Rose e Ricardo apresentaram sozinhos. Para além de uma fala referente ao título, onde abordaram o tema *direito à saúde*, a dupla, em sintonia com o decorrer do curso, fez uma interação com o público. Pediram que as pessoas da platéia pegassem um pedaço de papel e escrevessem sobre *o que foi mais significativo no curso desde a minha vivência e como vislumbravam o seu cotidiano de vida e de trabalho a partir do curso*.

As pessoas escreveram e entregaram para Rose que fez uma análise rápida, lendo para todos algumas falas. Foi muito interessante, pois deu um fechamento para as falas dos educadores e não para o curso, já que este continuaria de tarde e ainda teria mais um encontro na quinta-feira seguinte.

No turno da tarde o grupo Ítaca convidou quatro pessoas que participaram de todo o curso para compor uma mesa e disparar uma conversa com os demais participantes.

Essas convidadas falaram um pouco dos trabalhos que desenvolvem e como a redução de danos tem total relação com suas práticas. Algumas disseram até que já se utilizavam da redução de danos sem conhecê-la. Outra trouxe a importância do curso oferecido pelo grupo Ítaca, já que na academia nunca ouviu falar sobre esse tema e por isso ela acreditava que muitos dos que assistiram, tiveram que ressignificar os saberes em relação às drogas e ao uso de drogas.

A fala do Leonardo e da Elissandra retomando falas dos educadores feitas durante o projeto, a dinâmica proposta por Ricardo e Rose e a mesa composta por participantes pôde nos dar uma noção de como foi para as pessoas participarem deste curso. O sentimento de cada um é muito singular, mas tem muitas coisas em comum, foi o que podemos perceber nesse encontro que nos proporcionou essas conversas com um viés de retomada e de avaliação do que havia sido falado até o momento.

Drogas: outros usos

Depois de seis encontros, este foi o sétimo e último dia da segunda série do projeto Ítaca e do curso de formação *Redução de Danos: Ferramenta para a Atuação no Campo das Drogas*. O auditório estava cheio. Nessa noite de quinta-feira não foi passado nenhum filme ou documentário, aconteceu a fala de Everton Pereira e Cristiano Kolinski. Ambos foram convidados pelo grupo Ítaca por terem trabalhado no programa de redução de danos de Santa Maria e por continuarem até o momento estudando questões pertinentes ao assunto.

Everton fez uma fala sobre uso abusivo de medicamentos, onde se propôs a fazer uma reflexão preliminar sobre as redes para além do consumo, para assim pensar um pouco na ideia de rede medicamentosa, de medicalização e política de saúde. Já Cristiano trouxe uma apresentação sobre a folha de coca e o uso dela no noroeste da Argentina e sul da Bolívia.

Após as falas o auditório se encontrava bastante vazio. Aconteceu em torno de meia hora de debate. As pessoas estavam com o semblante cansado, não falaram muito, no entanto precisou a Flávia pedir para encerrar a discussão, pois precisávamos entregar a chave do auditório.

E agora sabes o que significam Ítacas.

Interesse pelo certificado, interesse pelo tema, curiosidade e tantos outros foram os motivos que levaram à enorme procura pelo curso que o grupo Ítaca e os educadores em redução de danos ofereceram.

Um curso coeso, com apresentações que se complementaram e deram a ele uma bela sequência. Um curso que quis promover encontros. Encontros cheios de vida, com direito a novas amizades, a reencontros, a encontros do pensamento, a encontro de pessoas e suas perspectivas.

Os educadores, firmes em suas falas, disseram que a potência da vida é possível através das práticas da redução de danos. O público descobriu novas perspectivas ou entendeu que algumas práticas solitárias não eram tão sozinhas assim.

O desafio de falar para um público tão participativo e tão ávido por conhecer foi vencido. O medo, o nervosismo, a timidez e a insegurança foram postos de lado ou mascarados pelo microfone que ficava no suporte em cima da mesa, não permitindo o público observar a mão trêmula. Agora sim, estávamos exercendo nosso papel de educadores em redução de danos. Que lindo poder ser um educador dentro de uma Universidade e não precisar ensinar. Compartilhamos nossos saberes e aprendemos muito também.

Nem todos que estavam assistindo concordaram com o que foi dito e nem foi essa a intenção. O importante foi movimentar o pensamento em relação às drogas, pois a questão norteadora do grupo Ítaca ao pensar um curso como esse foi pulsante: *Ao ingressarmos em um curso universitário temos, sem dúvida, uma compreensão sobre drogas. Com que compreensão saímos da Universidade e iniciamos a vida profissional?*

O público do curso foi composto por estudantes universitários e também trabalhadores que já foram estudantes e a partir da fala deles se confirmou que raramente se problematiza ou se pensa sobre drogas nos cursos universitários e o curso Ítaca tentou movimentar o pensamento, pelo menos, das pessoas que ali estiveram.

Agora todos sabiam o que significava Ítaca.

UMA BELA VIAGEM DEU-TE ÍTACA.

Após encerrarmos as duas séries do projeto Ítaca, resolvemos fazer um encontro pós Ítaca no dia treze de maio de dois mil e onze. Esse encontro não estava proposto no projeto inicial, mas o grupo Ítaca decidiu fazê-lo por entender que seria necessário fazermos um balanço e um fechamento do projeto com todos os educadores que participaram.

A mesma sala pequena do mesmo hotel do centro de Santa Maria e a mesma disposição das cadeiras em “U”. Foi assim que se desenhou o início desse encontro. Sorrisos largos, abraços apertados e a alegria estampada no rosto de cada um mostrou a satisfação com esta surpresa, afinal ninguém esperava poder ter esse reencontro tão rapidamente. As pessoas entraram na sala, se cumprimentaram calorosamente e conforme sentaram-se e se ajeitaram nas cadeiras foram ficando quietas. Após todos se acomodarem chegou a acontecer um “momento de silêncio” espontâneo. Parecia que cada um queria contemplar aquele momento e guardar uma imagem daquele encontro.

O silêncio só foi quebrado quando o grupo proponente do projeto Ítaca explicou a decisão de fazer esse encontro e marcá-lo como o encerramento do projeto. Ainda segundo a coordenação o encontro serviria também para poder ser feita uma devolução para todo o grupo de educadores, onde cada um poderia falar sobre suas percepções em relação ao projeto Ítaca incluindo primeira e segunda série.

Algumas questões foram postas na roda pelos coordenadores, propondo assim uma conversa no grupo que foi composto por dezenove pessoas das vinte e duas que foram convidadas:

- *Como foi participar do processo da primeira série e se há sugestões.*
- *Como foi ter voltado para apresentar na segunda série.*

A idéia inicial, proposta pelo grupo Ítaca, foi na parte da manhã conversarmos sobre as questões colocadas e na parte da tarde as duplas e trios juntarem-se para iniciar uma produção escrita sobre como foi o seu processo dentro do projeto Ítaca.

Como já de costume, as falas foram sem ordem preestabelecida, falou quem quisesse. Em uma sala que continuou silenciosa, os participantes foram falando com

um tom de voz baixo. Em relação à primeira série do projeto algumas falas foram recorrentes, as pessoas apenas diversificavam a maneira de falar como, por exemplo:

“Para mim foi a maior viagem esse projeto e a forma como ele aconteceu... O campo de atuação... Até isso se reviu... O maior ganho para mim foi rever a redução de danos, nós fuçarmos nela, virar de pernas para baixo, tirar as tripas... Tudo isso foi o grande barato porque aqui estavam as pessoas certas[...] Serviu para uma autocrítica na nossa prática diária.”¹⁹

Além da alegria dos encontros, de rever a RD e movimentar o pensamento em relação às práticas, muito se falou do desejo de haver mais dias de encontros como os que tivemos na primeira série. Um deles disse: *“Diferente de outros encontros que eu participei em relação a redução de danos... Acho que deu pra perceber a minha euforia... Eu estava sempre brincando, não deixava escapar uma coisa... Eu não fugia, como eu fazia lá em Porto Alegre [referindo-se a um evento que aconteceu nesta cidade] de ir pro quarto [do hotel] e ficar lá um tempão assistindo televisão, porque às vezes me doía a cabeça de ficar lá... A gente saía pra conversar no corredor [ainda referindo-se ao evento de Porto Alegre] e aqui não, a gente ficava aqui... Estava doendo a perna, eu levantava, trocava de lugar, ia pegar um café, pegar uma água [que ficavam disponíveis dentro da sala]... Porque estava sendo muito bacana ouvir vocês... Olhar para os olhos de vocês... Chorar com vocês.”²⁰*

Os participantes falaram também da beleza de fazer uma apresentação sobre o que eles acharam vital falar, que cada um escolheu a estratégia para apresentar e que no fim os temas estavam todos interligados, como aparece na fala de um dos redutores: *“O que eu achei muito mágico, muito legal foi que durante todos aqueles dias que a gente trabalhou a apresentação [ensaios]... Eu acho que um assunto foi deixando um ganchinho pro próximo... Sabe, foi muito... Muita sincronia... Eu acho que os assuntos se encaixaram muito, todos nós falamos e na fala de cada um tinha um pouco da fala do outro... Foi se complementando... Muito legal isso, fiquei muito*

¹⁹ Fala retirada das gravações feitas no encontro de encerramento do Projeto Ítaca no dia 13 de maio de 2011.

²⁰ Fala retirada das gravações feitas no encontro de encerramento do Projeto Ítaca no dia 13 de maio de 2011.

*impressionado com isso, porque não foi uma coisa combinada, foi uma coisa que foi acontecendo.”*²¹

Nas colocações feitas houve apenas uma sugestão para a equipe coordenadora repensar um pouco o processo, pois segundo esta participante: “Às vezes nós éramos todo mundo juntos e às vezes tinham coisas que estavam definidas previamente... E às vezes a gente construía junto... Não é que isso é ruim, é um negócio só pra gente olhar... Porque eu acho que a contradição é constitutiva, é operativa, não precisa resolver, mas acredito que a gente precisa se ocupar dela.”

²² Para ela ficaram confusas algumas deliberações que a equipe proponente fez, porque em algumas situações convidaram o grupo todo para decidir e em outras, decisões já estavam previamente acertadas apenas pela coordenação.

Ela não trouxe nenhum exemplo, mas realmente em algumas situações o grupo todo foi consultado, como, quando algumas pessoas de fora (que não foram convidadas) pediram para participar da primeira série apenas como observadores. O grupo foi consultado, decidiu que não concordava e essas pessoas ficaram de fora. Em outros momentos a coordenação não abriu mão do que já havia sido decidido, como em um exemplo já citado anteriormente, onde um participante disse que deveríamos ter temas que ele considerava obrigatórios para o curso que estávamos organizando para a segunda série e nós, da equipe proponente, dissemos que cada participante deveria falar o que achasse importante. Nessa situação não foi possível abrir para o grupo todo decidir, afinal se aceitássemos essa sugestão do participante deixaríamos de lado o essencial do projeto que era saber qual a noção de redução de danos que circulava através das práticas de cada um. Para isso, os participantes deveriam construir suas falas através do seu querer e não adequar um querer a temas já previamente dados.

A palavra unânime em todas as considerações foi *saudade*. Todos, sem exceção, referiram sentir saudade dos nossos encontros e tinham o desejo de que outro projeto Ítaca acontecesse futuramente para reviver tudo. Saudade da bela viagem que Ítaca nos deu.

Ansiedade e frio na barriga foram as palavras que mais apareceram em relação à segunda série do projeto. Também foi bastante recorrente querer ter um retorno do público que os assistiu, já que os que eram de cidades distantes só

²¹ Fala retirada das gravações feitas no encontro de encerramento do Projeto Ítaca no dia 13 de maio de 2011.

²² Fala retirada das gravações feitas no encontro de encerramento do Projeto Ítaca no dia 13 de maio de 2011.

vieram para o dia de suas apresentações. Apenas os daqui e de cidades próximas puderam assistir todo o curso e todas as falas. Apesar de todo o curso ter sido transmitido ao vivo pela Multiweb²³ da Universidade Federal de Santa Maria ninguém manifestou ter acompanhado via internet e disseram que ficaram felizes em saber que tudo havia sido gravado pela equipe coordenadora.

Em geral as duplas e trios disseram que de alguma forma conseguiram passar para o público o que tinham planejado. Alguns referiram esquecer-se de falar algumas coisas, outros tiveram problemas com o “aparato tecnológico” (vídeos não puderam ser passados, problemas com o *data show* e slides), mas isso não os impediu de concluir a apresentação.

Uma das participantes falou da importância de poderem ocupar o espaço acadêmico. *“A redução [de danos] tem que começar a ocupar outros espaços também... Por que... Me parecia sempre que era uma coisa mais focada lá ... Pra nós pelo menos... Vou falar... Assim... Da minha realidade lá de [fala o nome da cidade onde trabalha] porque eu não tenho muito conhecimento das outras realidades, mas pra nós parece que fica uma coisa muito focada dentro do redução, dentro do PRD, com os redutores... E a gente sempre tenta trabalhar essa coisa de estar ocupando outros espaços... Dentro das universidades lá de [fala o nome da cidade onde trabalha]... É difícil assim... A gente até participa de algumas semanas acadêmicas, mas é uma coisa mais difícil, porque nosso foco é mesmo lá no campo, então este projeto veio com esta possibilidade de abrir isso.”*²⁴ Essa participante disse ainda ter se surpreendido positivamente com a procura pelo curso no primeiro dia, ainda lá em novembro, e referiu que no dia em que se apresentou o auditório estava cheio, o que a deixou muito contente.

Um dos participantes, que também fez parte do grupo coordenador disse que ficou muito contente quando, durante o curso da segunda série, uma professora universitária que estava assistindo o curso veio conversar com ele. *“Uma professora da universidade chegou e disse assim: O que é que está acontecendo aqui? Como é que vocês bolaram uma metodologia dessas?”* Ele complementa dizendo para o grupo reunido *“A gente nunca pensou que alguém iria poder ter sensibilidade para perceber que ali tinha uma metodologia... Uma estratégia... E ela [a professora]*

²³ A Multiweb é um canal de eventos junto a UFSM que realiza a transmissão digital via internet ao vivo dos eventos.

²⁴ Fala retirada das gravações feitas no encontro de encerramento do Projeto Ítaca no dia 13 de maio de 2011

*estava impressionada, veio perguntar... Queria saber como funcionava a redução de danos... E não achava que isso seria possível de fazer hoje na universidade.*²⁵

Essa colocação deixou todo o grupo contente, pois mostrou que houve um reconhecimento do projeto como um todo e este reconhecimento veio de quem gostaríamos que viesse, as pessoas que assistiram o curso.

As conversas sobre as percepções em relação ao projeto se estenderam até a metade da tarde, o que impossibilitou a tarefa da escrita. Conversamos um pouco sobre como seriam estes registros. A equipe coordenadora falou que seriam registros simples, importante seria ter as anotações de cada um, com as suas aulas, para, talvez, futuramente, publicarmos de alguma maneira ou apenas para termos o curso registrado. Como os registros não foram feitos nesse dia, cada dupla e trio se comprometeu em escrever e enviar por e-mail quando acabasse, não ficando estabelecido prazo.

O encontro desse dia foi encerrado com a entrega dos certificados de *Educadores em Redução de Danos* e também de *palestrantes no curso Redução de Danos: Ferramenta para a Atuação no Campo das Drogas*.

Com o referido encontro foi encerrado o *Projeto Ítaca: redução de danos como ferramenta para práticas intersetoriais em saúde*.

²⁵ Fala retirada das gravações feitas no encontro de encerramento do Projeto Ítaca no dia 13 de maio de 2011.

NÃO CHEGAMOS A ÍTACA.

A apresentação, no primeiro capítulo, dos movimentos que fizeram com que as drogas fossem regulamentadas ou proibidas em diferentes épocas e como fizeram e fazem parte das sociedades as substâncias, permitiu perceber como são destoantes as concepções sobre o assunto ao relatarmos períodos históricos diferentes, culturas diferentes, economias diferentes. Em muitos países houve uma mudança de um uso livre, ligado a determinadas tradições culturais, para um uso regulado pelo Estado, através de prescrição médica, ou mesmo proibido e, em grande parte destas situações houve um jogo de interesses políticos, econômicos e sociais que em nada tem a ver com a substância e o que o uso dela pode realmente vir a provocar em quem a usa.

Conforme Rodrigues (2004) as drogas compõem desdobramentos históricos numa moral oscilante. Em certos momentos são legais e lucrativas, em outros são consideradas danosas à formação da personalidade e deve haver controle médico sobre elas. São divididas em legais e ilegais e geram desde empregos até guerras.

Antes da abolição da escravatura, nos Estados Unidos não existia temor ao ópio, que surgiu apenas quando uma maciça imigração chinesa, destinada a suprir a mão de obra negra, começou a incomodar os sindicatos. Foi também o medo aos imigrantes irlandeses e judeus que precipitou a condenação do álcool pela Lei Seca. (ESCOHOTADO, 1997, p.28)

Com a percepção de diferentes motivações de proibição ou legalização que aconteceram, conseguimos atribuir um caráter que foge do olhar de que as drogas sejam apenas boas ou más. Foram consideradas de remédio a veneno e isso exige que ampliemos o olhar sobre elas e, principalmente, “que elas sejam vistas e faladas a partir do lugar de substâncias inanimadas que são” (OLIVEIRA, 2009, p.34).

O autor afirma que

A toxicidade, os tipos de usos e as questões culturais são aspectos importantes de serem considerados quando pretendemos falar sobre as drogas sem cair em preconceitos morais ou nas simples distinções entre lícitas e ilícitas. (OLIVEIRA, 2009, p.37).

Quando falamos em toxicidade, a margem de segurança “... é a proporção entre a quantidade necessária para se atingir o efeito desejado (dose ativa média) e a quantidade suficiente para cortar o fio da vida (dose mortal média) (...)”.

(ESCOHOTADO, 1997, p.24). Junto à noção de margem de segurança, o custo dos benefícios em relação aos efeitos colaterais, e a tolerância, relativa capacidade de adaptação do organismo à droga, são importantes em relação ao uso de cada substância. Afinal como diz Corrêa (2010, p.173) “a relação existente entre qualquer substância e a pessoa que a usa é única”, não sendo corretas generalizações sobre os efeitos de determinada substância como se agisse do mesmo modo em diferentes organismos, provocando mesmas sensações e comportamentos. Para além da relação orgânica existe a sensação que também é única para cada pessoa.

Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. (LARROSA, 2002, p. 27).

É a partir da perspectiva de que as singularidades devem ser respeitadas, que apareceu no segundo capítulo a redução de danos e o momento em que ela se tornou uma diretriz de saúde divulgada e usada no Brasil e em outros países.

A abordagem dos movimentos da RD foi importante, pois apesar de fazer parte da área da saúde, a redução de danos traz consigo uma gama de dúvidas, mitos, desconfianças, reprovações até mesmo pelos próprios profissionais da saúde. No entanto, é uma diretriz e o próprio Ministério da Saúde (BRASIL, 2004, p.10) refere que:

(...) a abordagem da redução de danos nos oferece um caminho promissor. E por quê? Porque reconhece cada usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida. Vemos aqui que a redução de danos oferece-se como um método (no sentido de métodos, caminho) e, portanto, não excludente de outros. Mas, vemos também, que o método está vinculado à direção do tratamento e, aqui, tratar significa aumentar o grau de liberdade, de co-responsabilidade daquele que está se tratando.

E assim, reconhecida e afirmada pelo Ministério da Saúde, a RD tomou corpo em determinado período e foi colocada como prática de cuidado na área da saúde. No entanto, a história da RD não foi linear, o que tentei demonstrar através da breve contextualização de alguns movimentos dessa prática.

Para ampliarmos nosso conhecimento e pensarmos em uma educação sobre drogas foi essencial considerarmos a trajetória histórica do uso dessas nas mais diversas culturas e principalmente conhecer alguns movimentos de proibição ou de liberação/regulação de algumas drogas. Foi importante também conhecer um pouco

sobre a redução de danos e sua inserção no campo proibicionista. Após darmos estes passos iniciais nos lançamos “rumo a Ítaca”.

Sabíamos que o caminho seria longo e assim o desejávamos, mas era impossível prever a beleza dos encontros que o *Projeto Ítaca: redução de danos como ferramenta para práticas intersetoriais em saúde* poderia proporcionar.

Dividido em duas séries, o projeto inovador apresentou, na primeira, a formação de educadores em redução de danos através da metodologia de oficinas. Vinte e três pessoas se reuniram com uma questão em comum, redução de danos. Todos foram convidados a participar do projeto. Não houve compulsoriedade, assim como não houve ensino, mas houve muito aprendizado, afinal todos estiveram lá compartilhando saberes.

Essa primeira série do projeto teve quatro encontros. Nos encontros foi construído um curso sobre redução de danos baseado na apresentação do que os educadores queriam falar sobre RD. Então, foi intensivamente trabalhada a apresentação de cada dupla e trio formados por eles. Formas de apresentação, timbre da voz, ansiedade, como lidar com aparelhos tecnológicos, o que colocar em apresentações de slides, foram algumas das estratégias educacionais que deram corpo a formação dos educadores e os prepararam para o curso da segunda série. Essas estratégias circularam de maneira leve, não houve uma pessoa responsável por “aplicá-las”, todos participaram desta construção, o que fez com que a oficina estivesse sempre operando, conforme a proposta do projeto. Ao final dos quatro encontros os educadores estavam formados e prontos para se apresentarem.

Iniciou então a segunda série do projeto, o curso *Redução de Danos: Ferramenta para a Atuação no Campo das Drogas*, com sete encontros abordando temas relacionados à redução de danos. Auditório lotado, questões inquietantes e público participativo, esse foi o tom dos encontros.

Após encerrar o curso, o grupo de educadores participou de um reencontro para fazer o que foi chamado de fechamento do projeto. O fechamento do projeto significaria que “chegamos à Ítaca?”.

Hoje no ano de dois mil e catorze, encerrando esta dissertação conclui-se que à “Ítaca não se chegou”. Trilhamos um caminho que foi longo e ainda não terminou. Tornamo-nos sim mais sábios, com experiência, não deixamos os “*lestrigões nem ciclopes nos intimidar*”, mas fizemos votos de que o caminho fosse longo e ele o é, e o que corrobora isto é o *Projeto Ítaca: redução de danos como ferramenta para*

práticas intersetoriais em saúde II, iniciado em outubro de dois mil e treze e que segue promovendo muitos encontros, muitos movimentos, muitos compartilhamentos de saberes. Estamos ainda rumo a Ítaca.

REFERÊNCIAS

A Síndrome Revista. Veja São Paulo: Ed. Abril, Edição 1065, P. 46-17. 1º de fevereiro 1989. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx?edicao=1065&pg=46> Acesso em 25 jun. 2013

ANTUNES, H. S. **Ser aluna e ser professora: um olhar para os ciclos de vida pessoal e profissional**, Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011, 264 p.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11343.htm acesso em 25 de jun. 2013

BRASIL. Ministério da Saúde – **Portal sobre, AIDS, doenças sexualmente transmissíveis e Hepatites Virais**. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pagina/historia-da-aids> >Acesso em: 25 jun. 2013.

BRASIL. Secretaria Antidrogas – SENAD. **I Fórum Nacional Antidrogas**. In: Relatório do I Fórum Nacional Antidrogas, 27 a 29 de novembro de 1998. Brasília, SENAD 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST/Aids. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Ministério da Saúde, Brasília, 2003. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf . Acesso em 06 jun.2013

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 236/85, de 2 de maio de 1985**. Ministério da Saúde, 1985. Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/legislacao/2012/51440/portaria_236_1985_pdf_69224.pdf . Acesso em 25 de jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde, Cartilha Nacional da Política de Humanização: **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. 2ª Ed. Brasília, 2006.

BRASIL. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial** – Brasília, Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/118.pdf>. Acesso em 07 jun. 2012.

CORRÊA, G. C. **Educação Comunicação Anarquia – procedências da sociedade de controle no Brasil**. Editora Cortez, São Paulo, SP, 2006.

CORRÊA, G. C.. **“Escola-droga”**. Verve, São Paulo, Nu-Sol/PEPG-Ciências Sociais PUC SP, n. 1, 2002, pp. 163 – 181.

CORRÊA, G. C. **O que é a escola?**. In Maria Oly Pey. (org.). Esboço para uma história da escola no Brasil: Algumas reflexões libertárias. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000. p. 51 – 84.

CORRÊA, G. C. **Drogas para além do bem e do mal**. In Loiva Maria De Boni Santos (org.). Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas. Porto Alegre, RS. Ideograf, 2010, p 167-176.

ESCOHOTADO, A. **O Livro das Drogas: Usos e abusos, desafios e preconceitos**. São Paulo: Dynamis editorial, 1997.

KARAM M. L. **A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo**. In: LABATE, B. C. [et al] (orgs.). Drogas e Cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008. pp. 105 – 119. http://www.neip.info/html/objects/downloadblob.php?cod_blob=1091 acessado em 18 de junho de 2013

LARROSA, J. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação Jan/Fev/Mar/Abr 2002 Nº 19.

LANCETTI, A. **A Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2007

MACRAE, E. **Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos**. <http://www.neip.info/index.php/content/view/2469.html> acessada em 16 de abril de 2013.

OLIVEIRA, D. C. **A Emergência do jovem usuário de crack em Santa Maria: Mídia, Justiça, Saúde, Educação**, Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação UFSM, Santa Maria, RS, 2009.

PASSETTI, E. **Das Fumeries ao Narcotráfico**. EDUC/PUC – SP, São Paulo/SP, 1991

PEY, M. O. **OFICINAS COMO MODALIDADE EDUCATIVA**. *Perspectiva : revista do centro de ciências da educação*, Florianópolis: v. 15, n. 27, p. 35-63, jan./jun., 1997.

RODRIGUES, T. **Política de drogas e a lógica dos danos**. Verve, São Paulo, Nu-Sol/PUC-SP, n. 03, 2003. p. 257 – 277.

RODRIGUES, T. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo, SP: EDUC, 2004

ROMANINI, M. **“Rodas de conversa” sobre a (além da) campanha “Crack, nem pensar”: a saga do “Super-homem moderno” em tempos de crack**, Dissertação (mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia UFSM, Santa Maria, RS, 2011.

SILVA, F. C. **Percurso da noção de drogas: por uma problematização do proibicionismo**, Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação UFSM, Santa Maria, 2010.

STIRNER, M. **O Falso Princípio de Nossa Educação**. São Paulo, Imaginário, 2001.

FILME:

MACONHA (grass). Produzido por Sphinx Productions. Dirigido por Ron Mann. DVD. Editora Abril. 2005.